



Conta de Gerência

Cofre de Previdência da Polícia de
Segurança Pública

2023





[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ÍNDICE

	Página
1. Relatório de Gestão	
1.1. Introdução.....	3
1.2. Caraterização da Entidade.....	6
1.3. Análise Orçamental.....	9
1.4. Análise Financeira.....	17
2. Demonstrações Financeiras na óptica Orçamental	
2.1. Demonstrações previsionais	
2.2. Demonstrações de relato	
2.2.1. Demonstração de desempenho orçamental.....	32
2.2.2. Demonstração de execução orçamental da receita.....	34
2.2.3. Demonstração de execução orçamental da despesa.....	35
3. Demonstrações Financeiras na óptica Financeira	
3.1. Balanço.....	38
3.2. Demonstração de resultados por natureza.....	40
3.3. Demonstração das alterações no património líquido.....	41
3.4. Demonstração dos fluxos de caixa.....	42
3.5. Anexo às demonstrações financeiras - ABDR.....	44



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a final flourish.

INTRODUÇÃO

No exercício de 2023 foi dado cumprimento ao disposto no Art.º 114.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março (Lei do Orçamento do Estado para 2020) e implementado o novo sistema contabilístico SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

Assim, os modelos de demonstrações financeiras e orçamentais apresentados são os constantes deste normativo, com as adaptações e melhorias introduzidas pela UniLeo - Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental, constando, apenas, do presente documento, os mapas devidamente validados.

Neste pressuposto, é aqui analisada a situação financeira do Cofre de Previdência da PSP (CPPSP) no final do ano de 2023, traduzindo fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica.

No que diz respeito à execução orçamental, estão expressas neste relatório, informações sobre a execução das receitas e das despesas, incluindo as necessárias comparações com os valores de anos anteriores.

A prestação de contas, não obstante a boa-fé que deve sustentar a sua elaboração, é um conjunto de documentos que procuram na experiência vivida, demonstrar a execução orçamental e financeira de um ciclo temporal, normalmente coincidente com o ano civil.

No que respeita à sua estrutura, e conforme determina a lei, foi elaborada em obediência aos princípios da clareza, exatidão e simplicidade, de forma a possibilitar a sua análise tanto na vertente económica, como na vertente financeira, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pela entidade e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados.

Foram utilizados na medida do possível, os métodos mais adequados à especificidade inerente aos modos de classificação das receitas e despesas, procurando que seja clara a situação financeira do CPPSP, apresentando-se um conjunto de mapas e quadros que permitem enriquecer a análise de um ponto de vista dinâmico, através de comparações com pelo menos os últimos três exercícios.

O resultado da execução orçamental evidencia um saldo da execução orçamental positivo de 453 663,93 euros, incluindo o saldo transitado da gerência anterior (à data de 31/12/2012) de 3 160 087,33 euros, e foi



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a final flourish.

elaborada segundo as normas estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

No período em referência, a execução da receita atingiu 100,97% da prevista, a despesa total executada no período em análise ascendeu a 97,38% (considerando os cativos).

Foi dado cumprimento à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), regulamentado pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, onde estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, pelo que, todos os compromissos do ano económico de 2023 foram assumidos tendo em consideração o montante máximo de fundos disponíveis em cada período.

É ainda de realçar que não existe valor dos compromissos assumidos e não pagos, a transitar para a gerência de 2024.

No âmbito da implementação do novo sistema contabilístico SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, e de acordo com as instruções definidas no Classificador Complementar (CC2), estão todas os organismos públicos obrigados a proceder à inventariação de todos os seus bens, direitos e obrigações constituintes do seu património bem como à sua valorização.

Destaca-se, no caso da identificação do universo patrimonial que constitui o ativo imobilizado da entidade, a necessidade de conhecer a composição, titularidade e características que individualizam cada um dos bens, devendo garantir-se a regularização jurídica para os bens sujeitos a registo.

Os documentos de prestação de contas foram elaborados e obedecem a modelos uniformes de acordo com a Instrução n.º 1/2019 – PG, publicada no Diário da República, 2.ª série — N.º 46 — 6 de março de 2019 e exigidos pela Resolução n.º 3/2023, de 12 de janeiro de 2024 do Tribunal de Contas.

No decorrer do exercício, foram cumpridas todas as obrigações fiscais, não tendo esta entidade qualquer dívida quer junto da Administração Fiscal, quer na Segurança Social.

Na área financeira e orçamental, aprovisionamento e património, os CPPSP dispõem desde 01 de Janeiro de 2016 a aplicação Serviços de Gestão de Recursos Financeiros e Orçamentais em modo partilhado



(GeRFiP), prestados pela Direção de Gestão de Clientes e Serviços e Inovação, designada por ESPAP, que assegura o cumprimento das várias fases da receita e despesa, bem como os registos do imobilizado.

A handwritten signature in blue ink, located on the right side of the page, partially overlapping the text area.

SINTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública (CPPSP) é um organismo de utilidade pública com personalidade jurídica, encontrando-se regulamentado pela portaria 18 836, de 24 de Novembro de 1961.

Atua na área da acção social complementar, surgiu inicialmente como substituto aglutinador das diferentes instituições de previdência que existiam junto de vários comandos da PSP, das quais apenas permaneceu até hoje o Montepio da PSP de Lisboa, criado em 24 de Dezembro de 1927.

No quadro da sua nobre missão, o CPPSP promove essencialmente dois tipos de serviço: a disponibilização de habitação social e de alojamento temporário aos seus subscritores e, como finalidade essencial, de acordo com a Lei, a prestação por morte dos seus subscritores de um subsídio pecuniário.

A principal receita do CPPSP, como contrapartida da sua actividade, compreende em arrendamento do seu imobiliário habitacional, arrendamento de imóveis não habitacionais, quotas dos subscritores e proveitos financeiros decorrentes de aplicações (CEDIC & CEDIM's), emitidas pelo Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP.

A CPPSP tem a seu cargo 568 fogos de habitação em todo o território nacional, incluído nas regiões autónomas, dos quais 497 correspondem a habitação social, 16 coabitação social, 10 lares de estudantes, 8 casas de passantes/veraneio e 37 lojas. No entanto, este património habitacional, apresenta-se já com um grau de antiguidade, facto que obriga a medidas de requalificação dos imóveis.



Período de relato: 01/01/2023 a 31/12/2023

Identificação	
1 Denominação	Cofre de Previdência da PSP
2 Endereço postal - arruamento	Rua de Xabregas n.º 44
3 Endereço postal - código postal	1949-017 Lisboa
4 Endereço de correio eletrónico	geral@sspsp.pt
5 Telefone	21 861 80 00
6 Sítio da internet	www.sspsp.pt
7 Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	500 766 673
8 CAE	8412 - Administração pública - actividades de saúde, educação, culturais e sociais, excepto segurança social obrigatória
9 Missão/objeto social	O Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública tem por fim essencial assegurar por morte dos seus subscritores um subsídio pecuniário único, pago por uma só vez, à pessoa ou pessoas consideradas hábeis para o efeito. Sem prejuízo da finalidade essencial referida e quando as suas condições financeiras o permitirem, o Cofre deverá cooperar na campanha de fomento da construção de casas económicas e de renda económica e em quaisquer outras actividades destinadas a beneficiar os subscritores.
10 No ano em apreço a entidade esteve	Em atividade
Enquadramento	
1 Enquadramento no Sector Público	Administração Central
2 Forma jurídica / tipo societário	Fundo e serviço autónomo, instituto público
3 Data da escritura de constituição / contrato de sociedade	1961-11-24
4 Alterações aos estatutos / contrato de sociedade ou	Não
5 É entidade pública reclassificada de acordo com as listas	Não
6 Em caso afirmativo, desde quando	
7 É entidade pública concedente?	Não
8 É entidade concessionária /subconcessionária (pública	Não
9 Período da concessão	
10 Natureza da concessão	
11 Sendo concessionária, identificação da empresa	
Recursos humanos	
1 Número total de trabalhadores no início do período de	5
2 Número total de trabalhadores no fim do período de relato	8
3 Número de colaboradores em regime de prestação de	0
4 Número de colaboradores em regime de prestação de	0
Regime e organização contabilística	
1 Referencial contabilístico utilizado	SNCAP
2 subsistema aplicável	SNCAP - microentidades
3 Manual de procedimentos contabilísticos	Sim
4 Existência de descentralização contabilística	Não
Outras informações	
1 Existência de Manual/Regulamento/Normas de controlo	Sim
2 Organograma	Sim
3 Ações inspetivas ou de auditoria, levadas a efeito por	Não
4 Ações de auditoria externa desenvolvidas por iniciativa	Não
5 Outras ações de auditoria não especificadas	



ANÁLISE ORÇAMENTAL

1. RECEITA

No quadro seguinte, apresenta-se a estrutura e a evolução homóloga da receita cobrada líquida dos Cofre de Previdência da PSP (CPPSP):

Evolução das Receitas Cobradas por Capítulo Económico							
CAPÍTULOS	2022		2023			Peso nas Receitas	% Variação
	Realizado	%	Previsto	Realizado	Execução		
Taxas, Multas e outras Penalidades	0,00 €	0,00%	2.500,00 €	629,61 €	25,18%	0,06%	-
Rendimentos de Propriedades	45.727,12 €	4,48%	25.000,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	-100,00
Transferências Correntes	159.026,16 €	15,59%	165.000,00 €	169.578,45 €	102,77%	16,46%	6,64
Rendas	813.818,63 €	79,77%	795.000,00 €	859.650,02 €	108,13%	83,44%	5,63
Outras Receitas Correntes	1.641,70 €	0,16%	2.000,00 €	357,00 €	17,85%	0,03%	-78,75
Total das Receitas Correntes	1.020.213,61 €	100,00%	989.500,00 €	1.030.215,08 €	104,11%	100,00%	0,98
Outras receitas de capital	0,00 €	0,00%	250,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	-
Reposições Abatidas nos pagamentos	0,00 €	0,00%	250,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	-
Total das Receitas Capital	0,00 €	0,00%	500,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	-
Total das Receitas Orçamentais	1.020.213,61 €	100,00%	990.000,00 €	1.030.215,08 €	104,06%	100,00%	0,98
Saldo da Gerência Anterior	5.681.881,00 €		3.160.087,33 €	3.160.087,33 €	100%		-44,38
TOTAL	6.702.094,61 €		4.150.087,33 €	4.190.302,41 €	100,97%		-37,48

Quadro 1 - Receitas Cobradas por Capítulo Económico

Como se depreende da análise do quadro anterior, o CPPSP apenas compreende receitas de carácter corrente, tendo-se verificado no ano de 2023, uma execução no montante de 1 030 215,08 euros, valor que não inclui o saldo de gerência anterior, o que consubstancia um acréscimo de 0,98%, face ao período homólogo.

O grande responsável pelo aumento da receita, teve duas origens, sendo que as “Rendas habitacionais”, contribuíram com mais 25 930,49 euros, e as “Rendas não habitacionais” com 19 900,90 euros, o que consolida crescimento agregado de 5,63%. Já os “Rendimentos de Propriedade - Juros da AP”, que não espelha qualquer valor em 2023, resultado do resgate antecipado das aplicações em Certificados Especiais



de Dívida de Médio Longo Prazo (CEDIM) em dezembro de 2022.

O gráfico seguinte evidência de forma desagregada, a importância do arrendamento social e a sua evolução desde 2019. Neste aspecto, torna-se crucial o investimento nestas infra-estruturas, não só pelo potencial retorno financeiro, mas mais importante, pela assistência em termos de habitação social que o CPPSP garante aos seus beneficiários e familiares.

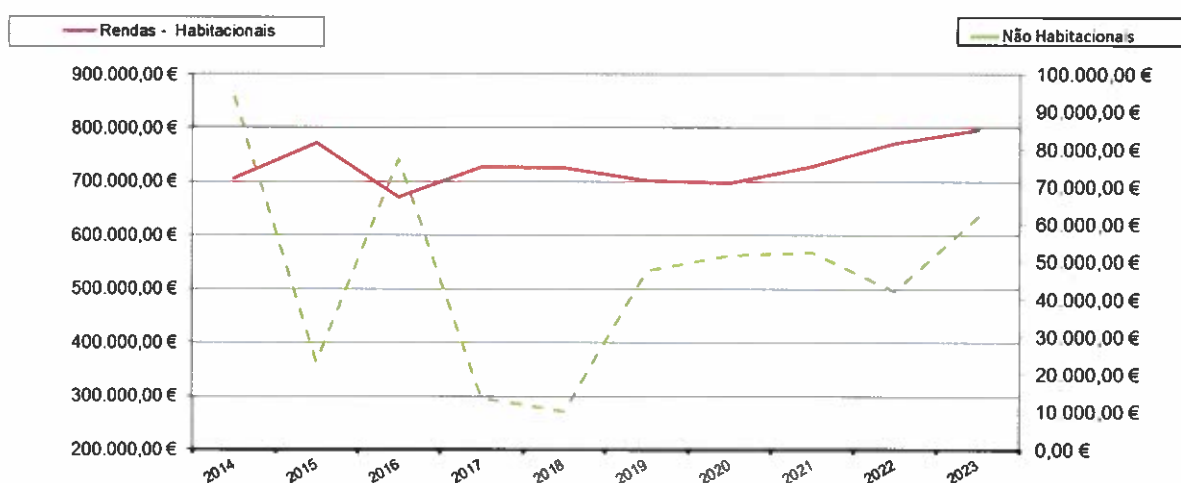


Gráfico 1: Evolução das receitas cobrada líquida com rendas 2014-2023

As “Rendas Habitacionais”, são a componente com maior peso na receita em 2023, representado 75,62% do total da despesa. As rendas no seu todo têm um peso de 83,44%, e, regista uma estabilidade em termos de retorno financeiro. Ao contrário, as receitas com as “Rendas não Habitacionais”, têm demonstrado algumas variações significativas. As receitas neste sub-agrupamento deverão ser consideradas de forma agregada, uma vez que poderá existir erros de classificação relativo à tipologia da receita, como o é visível no gráfico supra, em especial nos anos onde existe picos com extremos opostos (2015 e 2022) e picos com extremos coincidentes (2016).

As “Transferências correntes”, respeitantes as quotas dos subscritores, que com uma ponderação de 16,46%, nota também uma estabilização de crescimento, aspecto justificado pela solidez em termos do número de subscritores do CPPSP nos últimos anos.

O gráfico seguinte descreve a evolução na última década das transferências correntes (quotas dos



subscritores), onde se observa dois períodos de estagnação entre 2010 a 2015 e 2017 a 2022, com dois picos evidentes em 2016 e 2023.

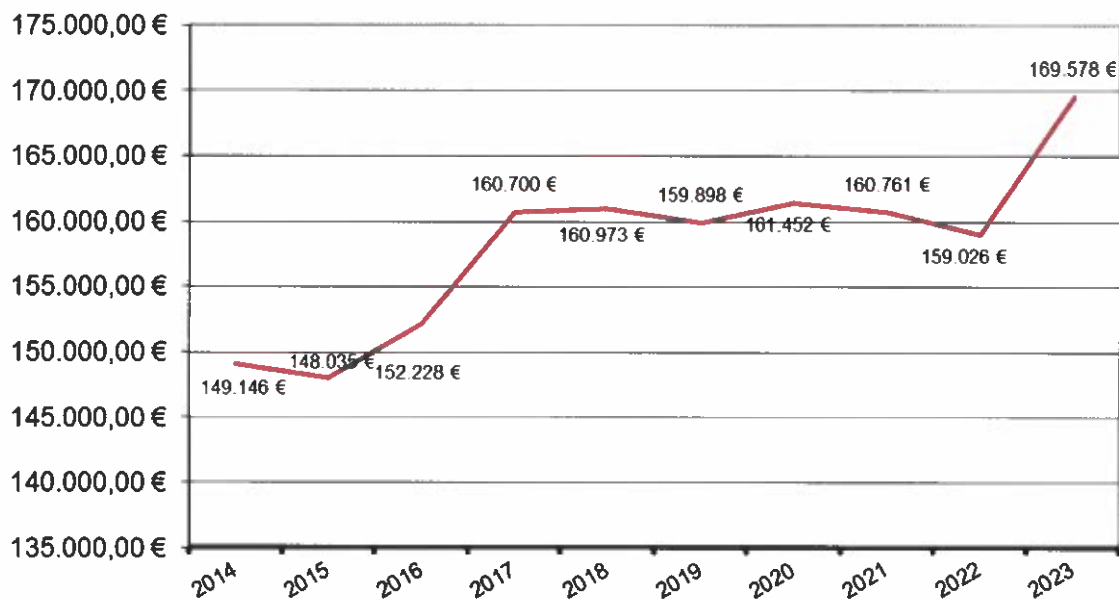


Gráfico 2: Evolução das quotas dos subscritores 2014-2023

Em termos dos proventos advindos do aglomerado “Rendimentos de Propriedade”, este mantém o seu registo de declínio desde 2014, onde em 2018 existiu uma inflexão na tendência, justificado pelo aumento da base monetária aplicada em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC).

Em 2018, e uma vez que as taxas de remuneração tendiam a aproximara-se de valores perto de zero, o CPPSP optou por aplicar em títulos do IGCP com maturidade superior a 1 ano, subscrevendo assim, o montante de 4.000.000 euros em Certificados Especiais de Dívida de Médio Longo Prazo (CEDIM), onde a remuneração é comparativamente superior.

Contudo, no seguimento da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 121-A/2022, que no seu ponto n.º 1, autorizou a aquisição de imóveis destinados à habitação pelos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública (SSPSP), até ao montante máximo de 21 800 000 euros, bem como a realizar a despesa respectiva durante o ano de 2022, aspecto que implicaria participação do CPPSP com a diferença.



Assim, o Despacho nº 696/2022/SEO da Secretaria de Estado do Orçamento, autorizou o CPPSP a utilizar o Saldo de Gerência via Crédito Especial no montante de 2 800 000 euros, para aplicação da despesa prevista de acordo com a RCM nº 121-A/2022. Este montante foi transferido para os SSPSP como transferência de Capital.

Uma vez que não existia liquidez para cobrir estes montantes, recorreu-se ao resgate total dos montantes aplicados em CEDIM's, originando assim, uma receita extraordinária dos juros em 20 927,12 euros, além dos 24 800,00 euros previstos. Esta receita extraordinária em 2022, originou por sua vez, inexistência de receita em 2023.

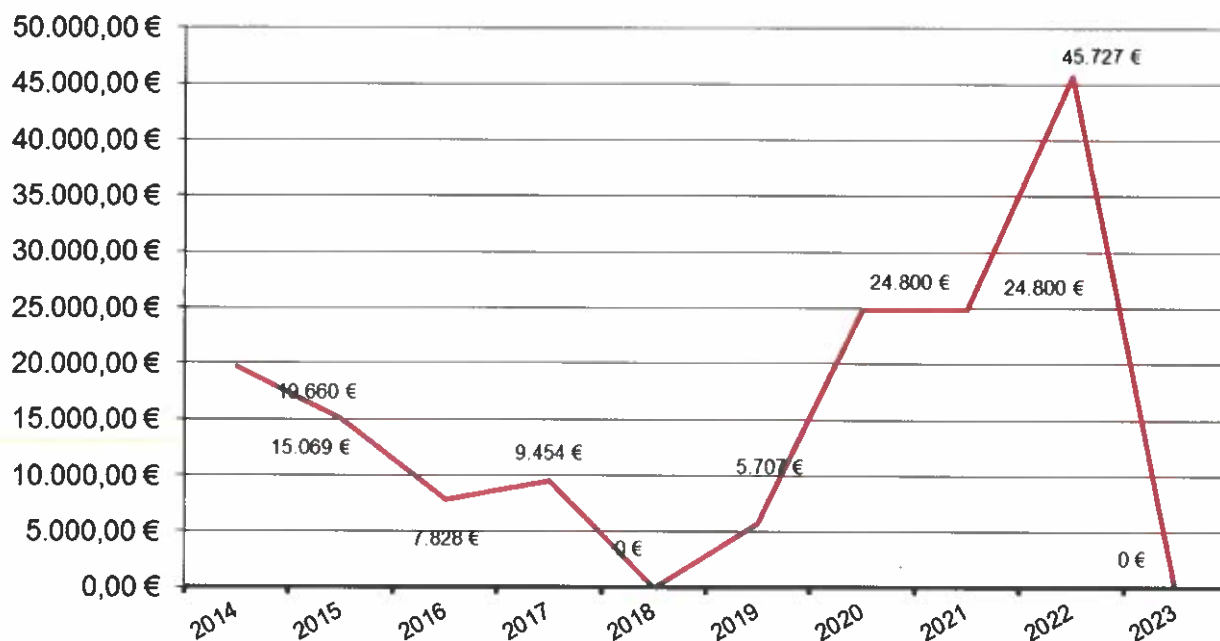


Gráfico 3: Evolução dos Rendimentos de Propriedade 2014-2023

Pelo gráfico 4 seguinte, é possível observar tanto as variações anuais, como o peso de cada rubrica no total das Receitas Cobradas Líquidas. Comprova assim, as conclusões retiradas do quadro 2, onde as rendas com “Habitação” se destaca das demais.

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



[Handwritten signature]

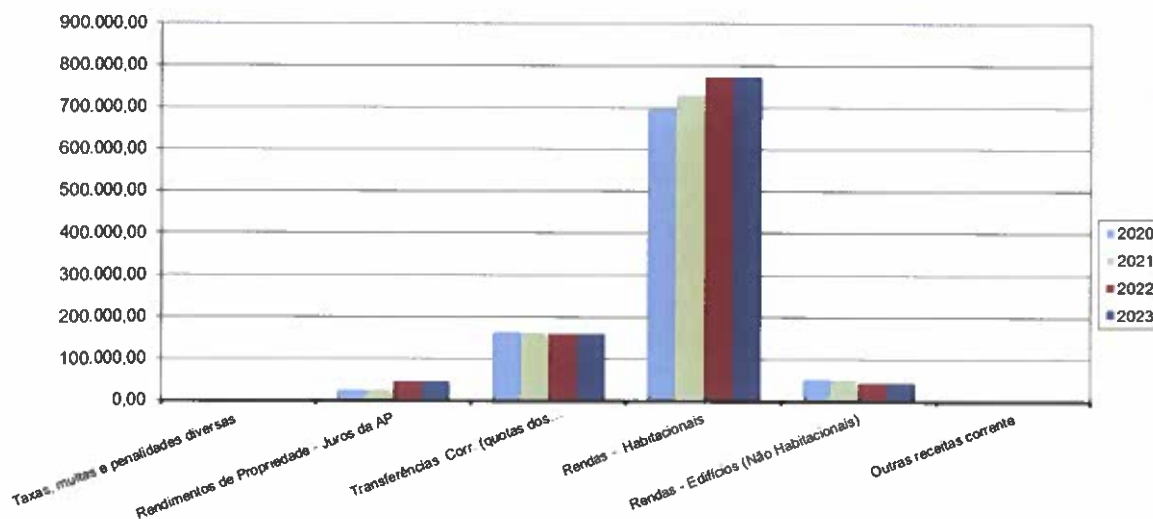


Gráfico 4: Estrutura e evolução das receitas 2020-2023

A análise ao quadro 2 confere quanto a eficácia do orçamento proposto face ao executado. Tendo em conta o volume de Receita Cobrada Líquida, verifica-se um nível de 104,06% de execução orçamental face ao orçado. O saldo de gerência rolante atinge em 2023 o valor de 453 664 euros.

Descrição	Provisões Corrigidas (PC)	Receita Cobrada Líquida (RCL)	Grau de Execução	Peso (%)
Taxas, multas e outras penalidades	2.500 €	630 €	25,18%	0,06%
Rendimentos da propriedade	25.000 €	- €	0,00%	0,00%
Transferências correntes (quotas dos beneficiários)	165.000 €	169.578 €	102,77%	16,46%
Rendas - Habitações/Edifícios	795.000 €	859.650 €	108,13%	83,44%
Outras receitas correntes	2.000 €	357 €	17,85%	0,03%
Receita Corrente	989.500 €	1.030.215 €	104,11%	100,00%
Outras receitas de capital	250 €	- €	0,00%	0,00%
Rep não abatidas nos pagamentos	250 €	- €	0,00%	0,00%
Receita de Capital	500 €	- €	0,00%	0,00%
Total de Receita do Ano	990.000 €	1.030.215 €	104,06%	100,00%
Na posse do serviço (16)	3.160.087 €	3.160.087 €	100,00%	
TOTAL RECEITA S/SALDO DE GERÊNCIA	4.150.087 €	4.190.302 €	100,97%	

Quadro 2: Grau de execução das Receitas em 2023



[Handwritten signature]

No que respeita à decomposição da receita cobrada líquida arrecadada em 2023, 83,44% teve origem na cobrança das rendas e 15,59% com transferências correntes (quotas dos subscritores):

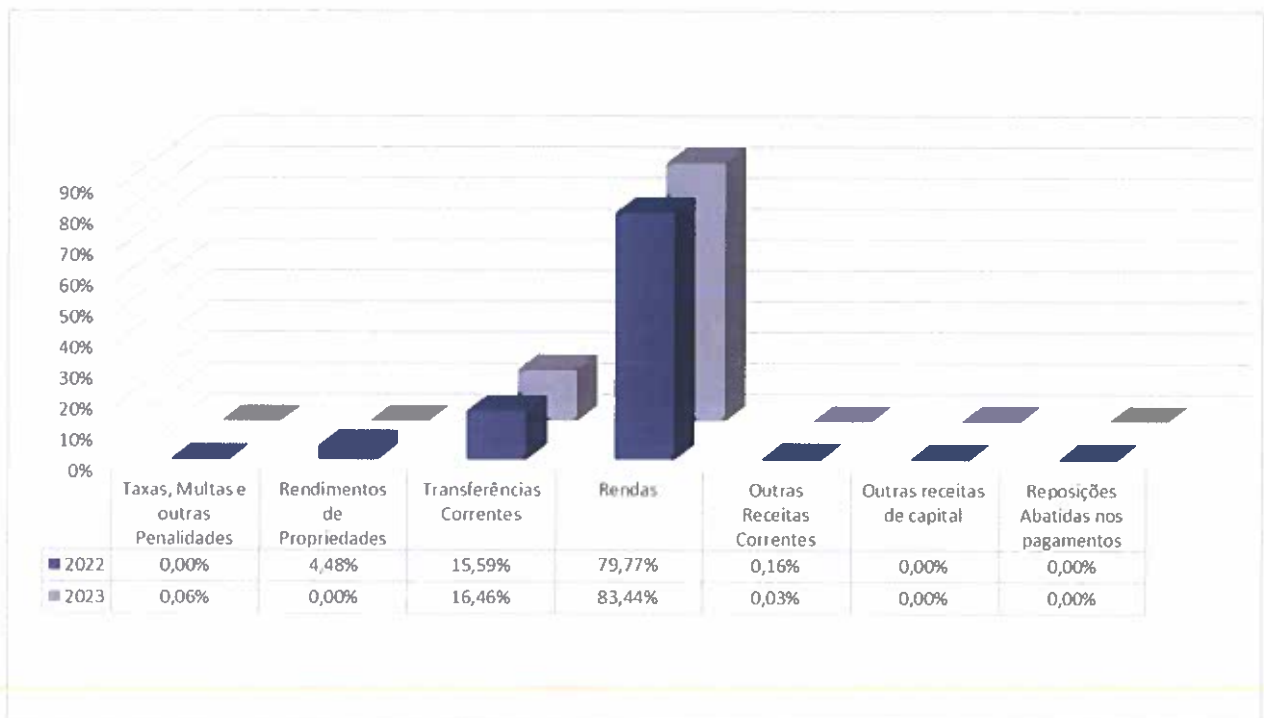


Gráfico 5: Estrutura da Receitas 2022 - 2023



[Handwritten signature and initials]

2. DESPESA

No quadro seguinte, apresenta-se a estrutura e a evolução homóloga da despesa CPPSP.

Distribuição por Capítulo de Despesa							
CAPITULOS	2022		2023				% Variação
	Despesa Paga	% Peso nas Despesas	Despesa Corrigida sem cativos	Despesa Paga	% Execução	% Peso nas Despesas	
Despesas com Pessoal	184.609,09 €	5,21%	289.369,00 €	280.579,40 €	96,96%	7,51%	51,99%
Aquisição de bens e serviços	109.804,25 €	3,10%	76.896,00 €	58.260,43 €	75,77%	1,56%	-46,94%
Transferências correntes	77.279,79 €	2,18%	86.834,00 €	36.308,44 €	41,81%	0,97%	-53,02%
Outras Despesas correntes	77.581,61 €	2,05%	13.594,00 €	2.714,40 €	19,97%	0,07%	-96,26%
Total das Despesa Correntes	444.274,74 €	12,54%	466.693,00 €	377.862,67 €	80,97%	10,11%	-14,95%
Aquisição de bens de investimento	364.783,23 €	10,30%	370.553,00 €	358.775,81 €	96,82%	9,60%	-1,65%
Transferências de capital	2.732.950,00 €	77,16%	0,00 €	0,00 €	-	0,00%	-100,00%
Activos Financeiros	0,00 €	0,00%	3.000.000,00 €	3.000.000,00 €	100,00%	80,29%	-
Total das Despesas Capital	3.097.733,23 €	87,46%	3.370.553,00 €	3.358.775,81 €	99,65%	89,89%	8,43%
TOTAL	3.542.007,97 €	100%	3.837.246,00 €	3.736.638,48 €	97,38%	100%	5,49%

Quadro 3: Estrutura e evolução das despesas 2022-2023

Analisando a execução orçamental numa lógica de ponderação das rubricas no total de despesa, há a salientar o seguinte:

1. O CPPSP subscreveu 3 milhões de euros em CEDIC's, sendo que, apesar de ser uma aplicação de tesouraria, de acordo com o ponto 97 da Circular Série A Nº: 1407 da DGO, o mesmo deve ter reflexo orçamental na rubrica "09.02.05 – Títulos a curto prazo – Administração Pública central – Estado", aspecto que justifica o peso de 80% no total da despesa;
2. O agrupamento "Aquisição de bens de investimento", detém um peso de 9,60% da despesa total e mantém estabilidade de despesa face ao ano anterior, onde se destaca os seguintes projectos:
 - a) Obras na "Rua do Chibuto lote 409/410/411", com um encargo total de 170 375,98 euros;
 - b) Trabalhos de "Fornecimento e instalação de portões com automatismo e postes de fixação de rede na Estância de Férias do Baleal", no montante de 34 747,50 euros;

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



[Handwritten signature]

3. Destacar o agrupamento “Despesas com pessoal” que, contribui com cerca de 7,51% dos encargos para o total da despesa e registou um acréscimo de 52% face a 2022 (+95 970,31 euros), justificado pelo efeito conjugado do reforço do quadro de pessoal em 3 funcionários e aumento da base salarial;
4. As despesas com “Aquisição de bens e serviços” detêm um peso de 1,56% da despesa total e registou um decréscimo de quase 47%, essencialmente justificado por uma diminuição de 87 mil euros em “Outros Gastos Conservação e Reparação” e 41 mil euros nas “Conservação Reparação Ativos Fixos”;
5. Apenas com um peso de 0,97% da despesa total, o aglomerado “Transferências Correntes” foi o que registou o maior declínio face a 2022 (-69 mil euros), essencialmente relacionado com as despesas extraordinárias relacionadas com o resgate total antecipado dos CEDIM’s.

Na óptica global da despesa, esta registou um aumento bastante significativo de 2022 para 2023, justificado essencialmente pelo montante subscrito em CEDIC, que de acordo com a circular Nº: 1407 da DGO, tem reflexo orçamental.

Para facilitar a apreciação da evolução da despesa, apresenta-se um segundo quadro com os seus grandes agregados:

CE	Designação	Despesas Pagas			Peso	Variação 2022/2021		Variação 2023/2022	
		2021	2022	2023		Valor	(%)	Valor	(%)
01	Despesas com pessoal	257.470 €	184.609 €	280.579 €	7,51%	- 72.861 €	0,66	95.970 €	51,99
02	Aquisição de bens e serviços	71.531 €	109.804 €	58.260 €	1,56%	2.445 €	3,54	- 51.544 €	-46,94
04	Transferências correntes	74.998 €	77.280 €	36.308 €	0,97%	33.338 €	80,02	- 40.971 €	-53,02
06	Outras despesas correntes	2.180 €	72.582 €	2.714 €	0,07%	275 €	14,41	- 69.867 €	-96,26
07	Aquisição de bens de capital	365.623 €	364.783 €	358.776 €	9,60%	- 41.192 €	-10,13	- 6.007 €	-1,65
09	Activos financeiros			3.000.000 €	80,29%	- €	-	3.000.000 €	-
08	Transferências de capital		- € 2.732.950 €		0,00%	- €	-	- 2.732.950 €	-100,00
TOTAL		771.803 €	3.542.008 €	3.736.638 €	100,00%	2.770.205 €	-0,44	194.831 €	5,49

Quadro 3: Evolução das despesas por agrupamento 2021-2023



[Handwritten signature]

Pelo quadro 3, onde se espelha todos os agrupamentos da despesa global de 2022 a 2023, onde se pode visualizar o impacto da aplicação financeira.

Os gráficos seguintes mostram o peso e a evolução dos agrupamentos, sendo que em destaque, observa-se o aumento das despesas com as “Transferências de Capital”:

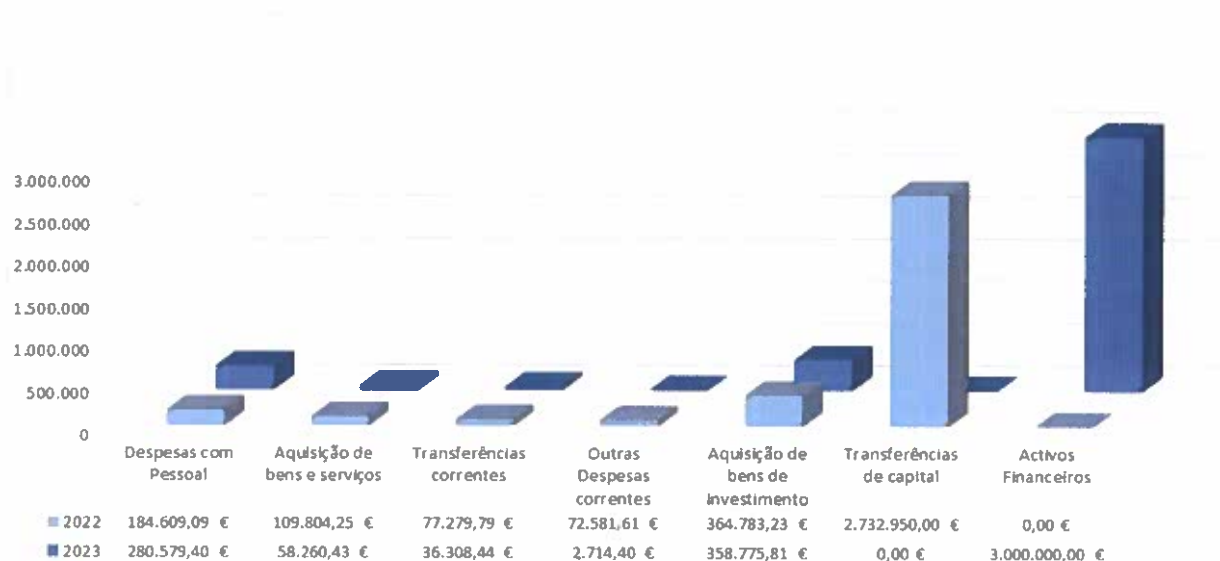


Gráfico 6: Evolução das despesas por agrupamento 2022-2023



Gráfico 7: Estrutura da Despesa 2023



3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A avaliação do grau de cobertura em 2023, reflecte um desequilíbrio do total da despesa em relação à receita total (0,28), o que reflecte o impacto dos 3 Milhões subscritos em CEDIC's, quando na verdade, deveria apenas ser considerado como uma aplicação de tesouraria. Esta operação orçamental, como seria de esperar, condicionou o montante de Saldo de Gerência para 2024, como será referido no ponto PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS.

	2020	2021	2022	2023
RECEITA CORRENTE	936.054 €	974.670 €	1.020.214 €	1.030.215 €
RECEITA DE CAPITAL	- €	- €	- €	- €
RECEITA TOTAL (Deduzido do Saldo de Gerência)	936.054 €	974.670 €	1.020.214 €	1.030.215 €
RECEITA TOTAL	6.254.261 €	6.453.684 €	6.702.095 €	4.190.302 €
DESPESA CORRENTE	368.432 €	406.179 €	444.275 €	377.863 €
DESPESA DE CAPITAL	406.815 €	365.623 €	3.097.733 €	3.358.776 €
DESPESA TOTAL	775.247 €	771.803 €	3.542.008 €	3.736.638 €
SALDO (Deduzido do Saldo de Gerência)	160.807 €	202.867 €	- 2.521.794 €	- 2.706.423 €
SALDO	5.479.015 €	5.681.882 €	3.160.087 €	453.664 €
Grau de cobertura - CORRENTE	2,54	2,40	2,30	2,73
Grau de cobertura - CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Grau de Cobertura - TOTAL	1,21	1,26	0,29	0,28
TAXA DE CRESCIMENTO	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2022-2023
Receita	2,29%	4,13%	4,67%	0,98%
Despesa	43,49%	-0,44%	358,93%	5,49%

Quadro 4: Resumo execução orçamental 2020 – 2023

Não existe Receitas de Capital, no entanto, o nível das Receitas Correntes mais o Crédito Especial no valor de 2,8 mil euros, confirma o suficiente para cobrir as Despesas Totais.

O saldo global entre a receita e despesa subjacente à execução orçamental de 2023 do CPPSP, atingiu o valor negativo de 2 706 423,40 euros. Adicionado aos saldos da gerência anteriores (3 160 087,33 euros), irá perfazer o valor total de 453 663,93 euros, conforme mapa de Fluxo de Caixa (em anexo).



ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A presente análise económica – financeira sintetiza os resultados alcançados pelo Cofre de Previdência da PSP, em 31 de dezembro de 2023.

Os dados analíticos que se seguem têm com função inferir sobre a gestão dos recursos financeiros e os meios indispensáveis a um funcionamento sustentável, através de elementos fornecidos pelo Balanço e a Demonstração de Resultados, onde nos é facultada a estrutura dos capitais e a forma como se alcançaram os resultados obtidos.

De acordo com o referencial contabilístico adotado, regime das micros entidades do SNC-AP, a prestação de contas é apresentada na vertente financeira, pelo que os modelos das respectivas demonstrações são os constantes deste normativo, onde em alguns casos se apresenta demonstrações aplicáveis às pequenas entidades, pela qualidade de informação obtida, considerando as adaptações e melhorias introduzidas pela UniLeo - Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental.

1. BALANÇO

O Balanço é um instrumento contabilístico que reflete a situação económico-financeira das entidades, representando a sua situação patrimonial (ativo, passivo e capital próprio) num determinado momento do tempo, regra geral, reportado ao final de cada ano:

- Ativo – representa os recursos detidos pelo organismo, susceptíveis de serem avaliados pecuniariamente, a partir dos quais se espera obter benefícios económicos futuros, reconhecendo os bens e direitos da entidade assim como os custos diferidos;
- Passivo – é o conjunto dos fundos obtidos externamente para o financiamento da atividade económica, onde são reconhecidas as obrigações e os proveitos diferidos;
- Fundos Próprios – reflete o valor do investimento realizado pelos responsáveis da entidade adicionado dos lucros (ou deduzido de eventuais prejuízos). É a diferença entre o Ativo e o Passivo, obtendo-se assim a situação patrimonial do organismo.

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



A análise do Balanço e a situação patrimonial dos CPPSP é sinteticamente apresentada no seguinte quadro:

Balanço em 31 de dezembro de 2023		(em euros)	
Rubrica	31-12-2023	31-12-2022	
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.180.843,12	4.080.574,73	
Ativos intangíveis	81.825,61	99.597,79	
Total Ativo Não Corrente	4.262.668,73	4.180.172,52	
Ativo Corrente			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	1.272,33	10.186,23	
Diferimentos	176,19	74,64	
Caixa e depósitos bancários	3.453.663,93	3.160.087,33	
Total Ativo Corrente	3.455.112,45	3.170.348,20	
TOTAL ATIVO	7.717.781,18	7.350.520,72	
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	31-12-2023	31-12-2022	
Património Líquido			
Património/Capital	4.235.101,70	4.235.101,70	
Reservas	4.355.924,20	4.355.924,20	
Resultados transitados	-1.347.640,70	1.231.453,25	
Resultado líquido do período	369.151,19	-2.579.093,95	
Total Património Líquido	7.612.536,39	7.243.385,20	
PASSIVO	31-12-2023	31-12-2022	
Passivo Corrente			
Fornecedores	516,82	713,96	
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	
Outras contas a pagar	37.479,76	20.662,20	
Diferimentos	67.248,21	85.759,36	
Total Passivo Corrente	105.244,79	107.135,52	
Total Passivo	413.984,75	107.135,52	
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	7.717.781,18	7.350.520,72	

Quadro 5: Balanço em 31 de dezembro, 2022 a 2023



[Handwritten signature]

1.1. ATIVO

O Ativo corresponde aos bens, valores, créditos, direitos e assemelhados, mensurados pelos respetivos custos, detidos pelas entidades e que podem ser convertidos em meios monetários, repartindo-se entre Ativos Não Correntes (espera-se que a sua realização ocorra num prazo superior a 12 meses) e Ativos Correntes (inferior a 12 meses).

No Ativo verificamos um aumento em 2023 relativamente a 2022 em 367 260,46 euros. Esta variação, deveu-se, sobretudo a componente “Disponibilidades”, que de acordo com o gráfico infra, continua a ser preponderante na estrutura do Ativo, representando 44,75% em 2023 face aos 42,99% em 2022.

A subida de 284 764,25 euros no agrupamento “Disponibilidades”, foi originado pelo efeito conjugado do aumento da receita e diminuição da despesa, como observado na análise orçamental.

As dívidas de “Clientes C/C” com um peso de 0,02% (1 272,33 euros), contempla os valores em dívida referentes as rendas habitacionais e não habitacionais, onde se verifica uma quebra de 87,51%, explicado pela diminuição de Provisões para Cobranças Duvidosas (11 650,01 euros), como também, da renegociação da dívida com planos de pagamentos ajustados à condições financeiras dos beneficiários/utentes;

Constatar a aumento das “Imobilizações corpóreas” em 2,46%, de 2022 para 2023, uma vez que o montante das aquisições efectuadas (192 687,44 euros), foi superior às amortizações do exercício (92 419,05 euros). Referir que o valor 187 749,73 euros das aquisições, se refere a investimentos em curso.



[Handwritten signature]

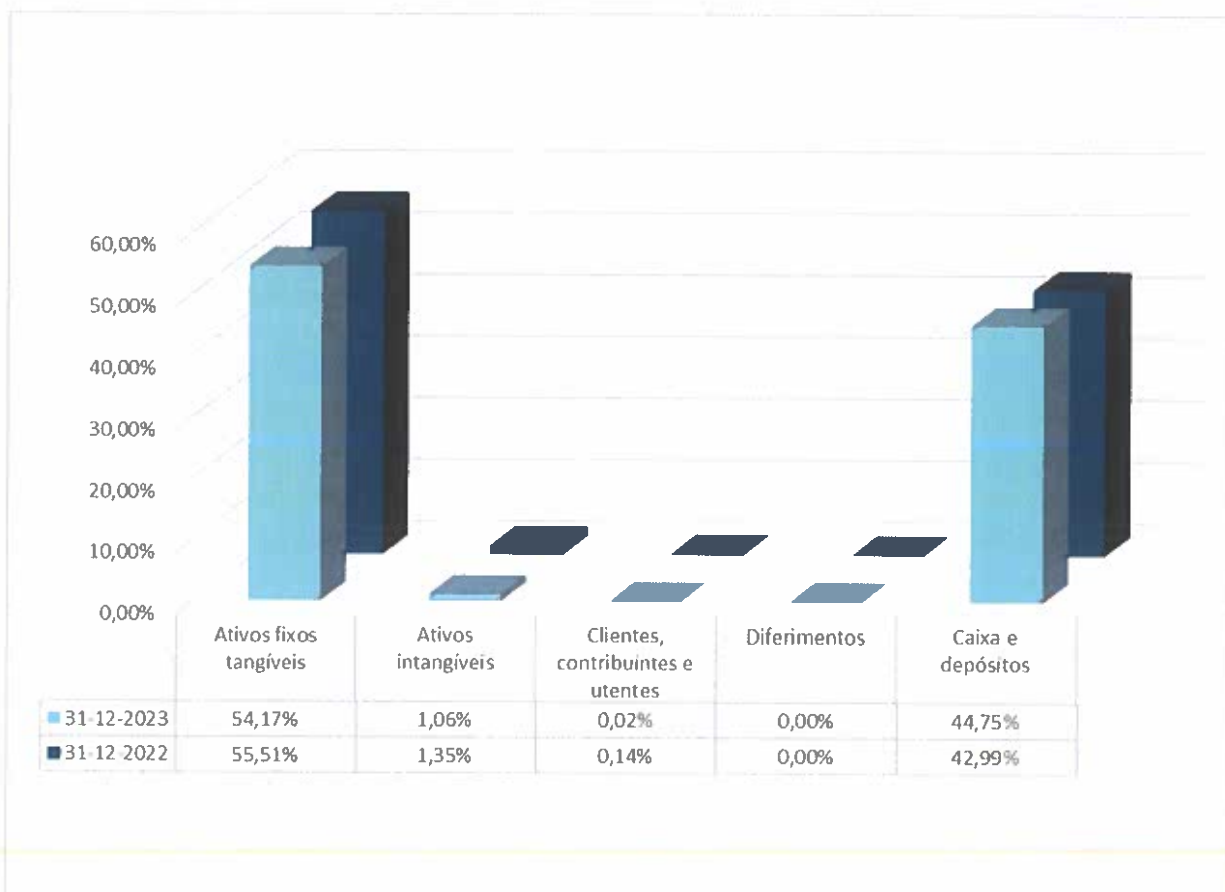


Gráfico 7 - Estrutura do Ativo

Durante o ano económico de 2023, o CPPSP procedeu à manutenção e ajustamento normal do Cadastro do Inventário dos Bens pertencentes ao serviço, efetuando os devidos acertos anuais, assim como as respetivas depreciações do exercício.

O Ativo imobilizado inclui “Edifícios e Outras Construções” (3 900 985,18 euros), representa cerca de 50,55% do Ativo do CPPSP (cerca de 93% do Ativo não corrente), registou uma diminuição de 1,4%, que corresponde unicamente à depreciação do exercício de 2023.

O “Equipamento Básico” (49 763,78 euros), corresponde 0,64% do total do Ativo e confirmou um valor de aquisições de 4 937,71 euros, devido a aquisições de equipamento informático, electrodomésticos para casas de passantes e Lares de Estudantes, equipamento geriátrico para a Unidade Residencial.

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



[Handwritten signature]

Ativo fixo tangíveis	Valor	%
Edifícios e outras construções	3.900.985,18 €	50,55%
Equipamento Básico	49.763,78 €	0,64%
Equipamento Administrativo	11.472,22 €	0,15%
Outros	30.872,21 €	0,40%
Imob em Curso	187.749,73 €	2,43%
TOTAL ATIVO	7.717.781,18 €	

Quadro 6 - Imobilizado Corpóreo

No Quadro 7 e 8, são demonstradas as variações ocorridas durante o ano de 2023 no Ativo Imobilizado:

Ativo Bruto a 31-12-2023				
ATIVO NÃO CORRENTE	Ativo Bruto S. Inicial	Aquisições/ Reavaliações	Alienações/ Transferências	Ativo Bruto S. Final
Ativo intangíveis	177 721,84 €	0,00 €	0,00 €	177 721,84 €
Propriedade Industrial	177 721,84 €	0,00 €	0,00 €	177 721,84 €
Ativo fixo tangíveis	6 767 355,87 €	192 687,44 €	0,00 €	6 960 043,31 €
Edifícios e outras construções	5 804 557,73 €	0,00 €	0,00 €	5 804 557,73 €
Equipamento Básico	619 956,32 €	4 937,71 €	0,00 €	624 894,03 €
Equipamento de Transporte	56 551,42 €	0,00 €	0,00 €	56 551,42 €
Ferramentas e Utensílios	5 182,04 €	0,00 €	0,00 €	5 182,04 €
Equipamento Administrativo	175 397,80 €	0,00 €	0,00 €	175 397,80 €
Outros	105 710,56 €	0,00 €	0,00 €	105 710,56 €
Imob em Curso	0,00 €	187 749,73 €	0,00 €	187 749,73 €
TOTAL	6 945 077,71 €	192 687,44 €	0,00 €	7 137 765,15 €

Quadro 7 - Ativo Bruto

Amortizações referentes a 31-12-2023					
ATIVO NÃO CORRENTE	Saldo Inicial	Amortização Anual	Regularizações	Amortização Acumulada	Ativo Líquido
Ativo intangíveis	78 124,05 €	17 772,18 €	0,00 €	95 896,23 €	81 825,61 €
Propriedade Industrial	78 124,05 €	17 772,18 €	0,00 €	95 896,23 €	81 825,61 €
Ativo fixo tangíveis	2 686 781,14 €	92 419,05 €	0,00 €	2 779 200,19 €	4 180 843,12 €
Edifícios e outras construções	1 848 296,62 €	55 275,93 €	0,00 €	1 903 572,55 €	3 900 985,18 €
Equipamento Básico	555 543,15 €	19 587,10 €	0,00 €	575 130,25 €	49 763,78 €
Equipamento de Transporte	56 551,42 €	0,00 €	0,00 €	56 551,42 €	0,00 €
Ferramentas e Utensílios	5 182,04 €	0,00 €	0,00 €	5 182,04 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	158 574,83 €	5 350,75 €	0,00 €	163 925,58 €	11 472,22 €
Outros	62 633,08 €	12 205,27 €	0,00 €	74 838,35 €	30 872,21 €
Imob em Curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	187 749,73 €
TOTAL	2 764 905,19 €	110 191,23 €	0,00 €	2 875 096,42 €	4 262 668,73 €

Quadro 8 - Amortizações e Ativo Líquido



1.2. FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios, findo o ano de 2023, apresentam um montante de 7.612.536,39 euros, um decréscimo de 369.151,19 euros face a 2022.

A variação do património líquido é justificada pelo seguinte:

- *Património/Capital*: 4 235 101,70 euros – diferencial registado entre Ativo e Passivo no momento de elaboração do balanço inicial, resultante da adopção pela primeira vez do novo referencial contabilístico, SNC-AP (contabilidade segundo a base de acréscimo);
- *Reservas*: 4 355 924,20 euros - valor que tem-se mantido nos últimos anos;
- *Resultados transitados*: -1 347 640,70 euros – regularizações não frequentes e materialmente relevantes que afetam o Património Líquido, mas não o resultado do período, nomeadamente as provenientes da aplicação do SNC-AP pela primeira vez, bem como a aplicação do resultado líquido do exercício do período anterior;
- *Resultado líquido do período*: 369 151,19 euros – resultado obtido em função dos gastos e rendimentos registados, respectivamente, nas contas 6 e 7, explanadas na Demonstração de Resultados.

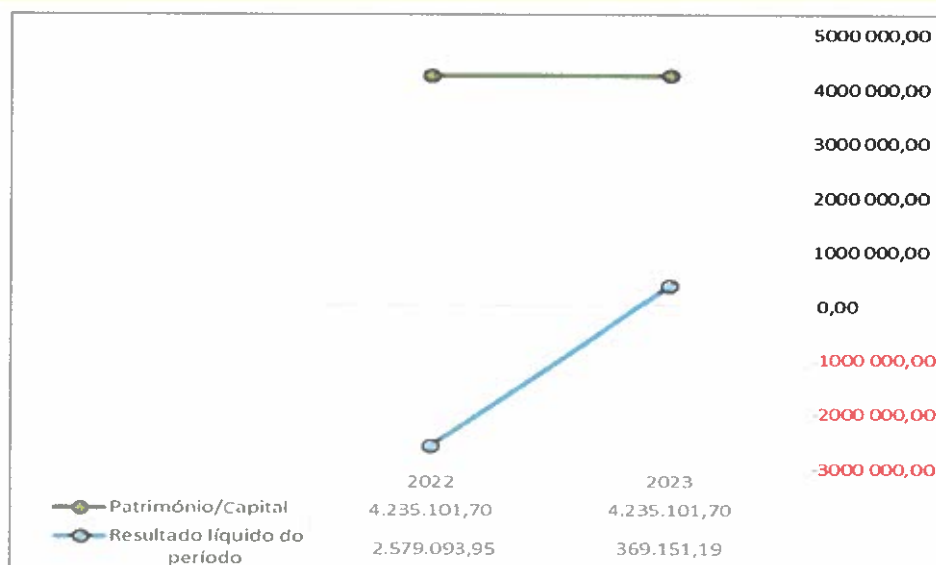


Gráfico 8 – Evolução Património e Resultado Líquido



[Handwritten signature and initials]

1.3. PASSIVO

Analisando a composição do Passivo, verifica-se que a única componente de relevância é os Acréscimos e diferimentos”, contas onde se especializam os custos e proveitos. Os “Acréscimos de Custos”, com um peso de 35,61% e Proveitos diferidos com 63,90%.

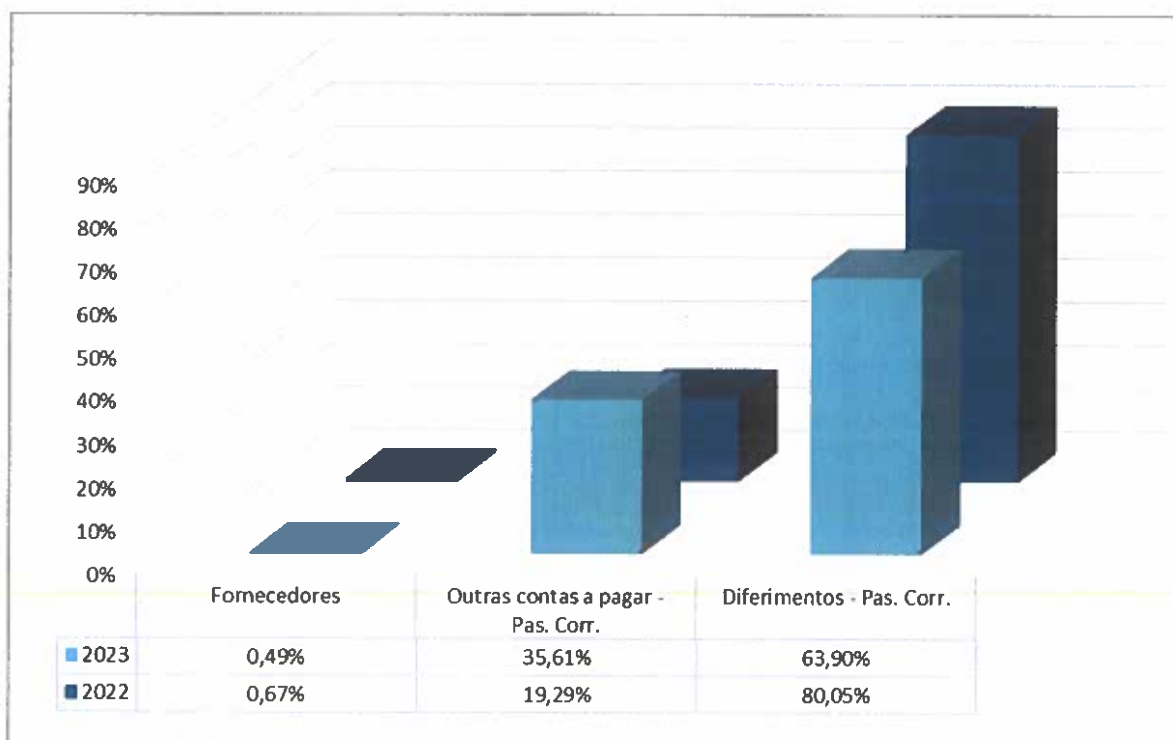


Gráfico 9 - Estrutura do Passivo

Os “Acréscimo de Custos” integram os custos a reconhecer no próprio exercício, cujo pagamento só venha a incorrer no exercício seguinte, como por exemplo, faturas com encargos das instalações (água, eletricidade, gás e comunicações), férias e subsídios de férias dos trabalhadores do quadro.

Relativamente aos “Proveitos Diferidos”, são fruto das rendas cobradas de Janeiro de 2024 em Dezembro de 2023.

Referir ainda que, não existe outras dívidas a terceiros por prestação de serviços ou despesas de capital, aspecto importante no comportamento dos Resultados.



[Handwritten signature]

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados é o relatório que confronta as receitas obtidas e os custos incorridos num determinado ano, refletindo o desempenho económico-financeiro da entidade enquanto o Balanço demonstra apenas a sua situação patrimonial.

DR em 31 de Dezembro de 2023	(em euros)	
Rendimentos e Gastos	31/12/2023	31/12/2022
Impostos, contribuições e taxas	629,61	0,00
Vendas		
Prestações de serviços e concessões		
Transferências e subsídios correntes obtidos	169.578,45	159.026,16
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		
Fornecimentos e serviços externos	-222.066,20	-407.234,98
Gastos com pessoal	-296.907,43	-172.709,58
Transferências e subsídios concedidos	-36.308,44	-2.804.985,65
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		11.650,01
Provisões (aumentos/reduções)		
Outros rendimentos	857.634,71	807.234,89
Outros gastos	-14.072,39	-88.919,64
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	458.488,31	-2.495.938,79
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-110.191,23	-99.041,47
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	348.297,08	-2.603.739,25
Juros e rendimentos similares obtidos	20.927,12	24.800,00
Juros e gastos similares suportados	-73,01	-154,70
Resultado antes de impostos	369.151,19	-2.579.093,95
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Resultado líquido do período	369.151,19	-2.579.093,95

Quadro 9: Demonstração de Resultados

Os Rendimentos, findo o período económico de 2023, totalizaram um montante de 1 048 769,89 euros e os Gastos 679 618,70 euros, tendo-se obtido um resultado do exercício em 369 151,19 euros.

Nos Proveitos Totais, constatamos que a componente de maior peso continua a ser os “Outros rendimentos” por intermédio das rendas de imóveis, afigura-se como a fonte de receitas por excelência,



[Handwritten signature]

comportando um peso de 81,78% no total dos Proveitos, e que registou um crescimento de 50 399,82 euros face a 2022.

Referir a importância das “Quotas” dos Subscritores, que inscreveu uma ligeira subida de 6,64%, revelador da estabilidade das receitas advindas dos subscritores. Esta receita detém um peso significativo na ordem dos 16,17%;

De uma forma global, a figura seguintes evidencia a evolução de todas as rubricas nos dois períodos em análise.

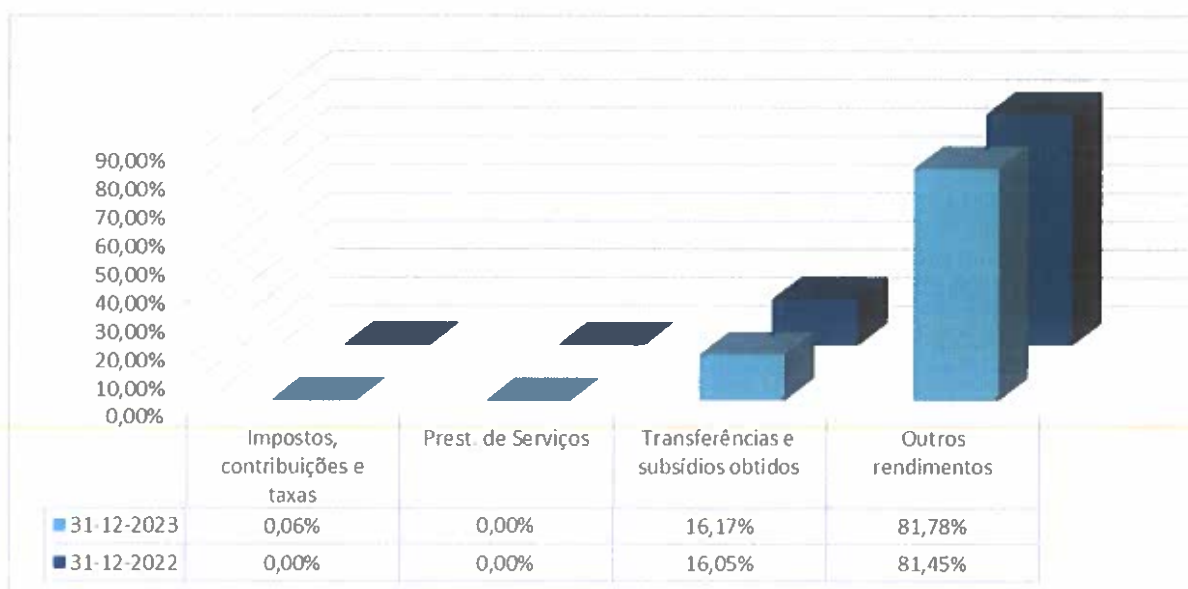


Gráfico 10 – Repartição de Proveitos

Os *Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)*, representam 32,68% do total dos Gastos e afigura um decréscimo de 45,47% face a 2022. Este desenvolvimento em 2023 é explicado pela redução em 87 mil euros na *Outros Gastos Conservação e Reparação* e 41 mil euros nos *Conservação Reparação Ativos Fixos*.

Os *Gastos com pessoal*, mostram um encargo de 43,69% no total dos Gastos, ocupa assim o primeiro lugar, sendo que comparativamente a 2022, verifica um crécimo de 71,91%, fundamentado não só pelas atualizações salariais, como pelo reforço do quadro de pessoal (mais 3 funcionários do que em 2022).

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



[Handwritten signature]

Referir o valor das *Gastos/reversões de depreciação e amortização*, com um peso de 16,21% no total dos Gastos, e incorpora o desgaste dos Ativos Fixos adquirido, situação que revela uma subida de 2,22% face a 2022.

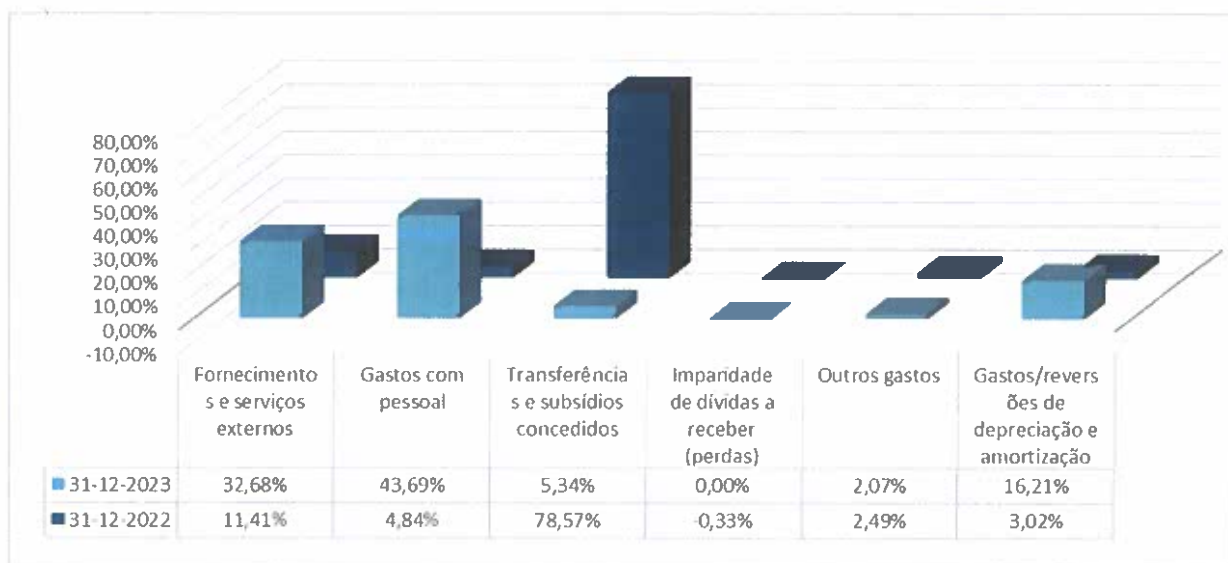


Gráfico 11 – Repartição de Custos



3. INDICADORES DA ANÁLISE DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL

Os indicadores da análise da contabilidade patrimonial revestem uma extrema importância na medida em que proporcionam uma síntese da informação financeira para a ajuda na tomada de decisões na gestão de qualquer entidade. Estes indicadores não são mais do que uma mera relação entre contas e agrupamentos de contas do Balanço e da Demonstração de Resultados.

3.1. SOLVABILIDADE

A solvabilidade é o indicador que permite avaliar a capacidade do organismo regularizar de imediato todos os seus passivos. A existência de solvabilidade depende do grau de cobertura do passivo por fundos próprios e da capacidade da entidade para gerar resultados. Quanto maior o valor deste rácio, melhor a entidade responde aos seus compromissos mantendo a sua autonomia financeira.

$$\text{Rácio de Solvabilidade}_{2023} = \frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo Total}} = \frac{7.612.536,39\text{€}}{105.244,79\text{€}} = 72,33$$

$$\text{Rácio de Solvabilidade}_{2022} = \frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo Total}} = \frac{7.243.385,20\text{€}}{107.135,52\text{€}} = 67,61$$

Em 2023, o CPPSP apresenta uma capacidade de cobrir com meios próprios, todos os compromissos existentes à data do Balanço, em cerca de 72 vezes. Reflecte uma subida de 4,72 p.p. face a 2022.

3.2. AUTONOMIA FINANCEIRA

Este rácio pretende identificar a dependência da entidade face aos seus credores. É o indicador contrário ao do endividamento. Quanto maior o rácio, melhor a capacidade da entidade se autofinanciar.

$$\text{Autonomia Financeira}_{2023} = \frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Activo Total}} \times 100 = \frac{7.612.536,39\text{€}}{7.717.781,18\text{€}} \times 100 = 98,64\%$$



$$Autonomia Financeira_{2022} = \frac{Fundos Próprios}{Activo Total} \times 100 = \frac{7.243.385,20\text{€}}{7.350.520,72\text{€}} \times 100 = 98,54\%$$

O CPPSP continua a apresentar um bom grau de autonomia financeira, sendo capaz de autofinanciar o seu Ativo em quase 100%.

3.3. LIQUIDEZ GERAL

O rácio de liquidez geral representa a capacidade do organismo fazer face aos compromissos de curto prazo. Quanto maior for este rácio, maior a evidência de que os débitos a curto prazo podem ser atempadamente pagos nos prazos.

No caso do CPPSP o rácio é total, uma vez que particamente não existe Passivo Circulante.



[Handwritten signature]

4. PROPOSTA DA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da Portaria 189/2016, de 14 de julho, que aprova as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional, o qual faz parte como Anexo III ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP), o *Resultado Líquido do exercício é transferido para a Conta 56.1 – Resultados Transitados*.

Assim, dado o *Resultado Líquido* obtido ser positivo, no valor de 369.151,19 euros, e o saldo da *Conta 561 – Resultados Transitados* negativo, em 1 347 640,70 euros, propõe-se que o mesmo seja aplicado:

- Valor integral na *Conta 56.1 – Resultados Transitados* (369 151,19 euros).



Demonstrações Financeiras

(óptica Orçamental)

Exercício de 2023

Sede: Rua de Xabregas n.º 44, 1949-017 Lisboa
Tel: 21 439 23 31 / 21 438 91 71 · Fax: 21 438 91 70 ·
e-mail: geral@uf-massamabraao.pt

[Handwritten signature]

Demonstrações de Relato

Demonstração do desempenho orçamental

Rubrica	Recebimentos	Fontes de financiamentos (2023)					Unidade Monetária: EUR	
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos alheios	Total	2022
	Saldo de Gestão anterior	3.160.087,33	0,00	0,00	0,00	0,00	3.160.087,33	5.681.881,69
R1	Operações orçamentais [1]	3.160.087,33	0,00	0,00	0,00	0,00	3.160.087,33	5.681.881,69
R2	Devolução do saldo oper. orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Recib. saldo oper. orçam. devolvido por entri.terc.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Recarga Corrente	1.030.215,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1.030.215,08	1.020.213,61
R6	Recarga Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R8	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Contribuições sist. proteção social e subssist. saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Taxas, multas e outras penalidades	629,61	0,00	0,00	0,00	0,00	629,61	0,00
R11	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Transferências e subsídios correntes	169.578,45	0,00	0,00	0,00	0,00	169.578,45	45.727,12
R13	Transferências correntes	169.578,45	0,00	0,00	0,00	0,00	169.578,45	159.026,16
R14	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R15	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R16	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R17	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R18	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R19	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R20	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R21	Outras	169.578,45	0,00	0,00	0,00	0,00	169.578,45	159.026,16
R22	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R23	Venda de bens e serviços	859.650,02	0,00	0,00	0,00	0,00	859.650,02	813.818,63
R24	Outras receitas correntes	357,00	0,00	0,00	0,00	0,00	357,00	1.641,70
R25	Recarga de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R26	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R27	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R28	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R29	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R30	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R31	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R32	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R33	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R34	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R35	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R36	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R37	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R38	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R39	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R40	Recarga Efetiva [2]	1.030.215,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1.030.215,08	1.020.213,61
R41	Recarga não Efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R42	Recarga com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R43	Recarga com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R44	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	4.190.302,41	0,00	0,00	0,00	0,00	4.190.302,41	6.702.095,30
R45	Operações Tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	80.677,58	80.677,58	62.227,01

Demonstração do desempenho orçamental

Unidade Monetária: EUR

Rubrica	Pagamentos	Fontes de financiamento (2023)					Total	2022
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos alheios		
D1	Despesa Corrente	377.862,67	0,00	0,00	0,00	0,00	377.862,67	444.274,74
D11	Despesas com o pessoal	280.579,40	0,00	0,00	0,00	0,00	280.579,40	184.609,09
D12	Remunerações certas e permanentes	226.227,93	0,00	0,00	0,00	0,00	226.227,93	146.067,21
D13	Abonos variáveis ou eventuais	4.953,80	0,00	0,00	0,00	0,00	4.953,80	2.485,10
D2	Segurança Social	49.397,67	0,00	0,00	0,00	0,00	49.397,67	36.056,78
D3	Aquisição de bens e serviços	58.260,43	0,00	0,00	0,00	0,00	58.260,43	109.804,25
D4	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D41	Transferências e subsídios correntes	36.308,44	0,00	0,00	0,00	0,00	36.308,44	77.279,79
D411	Transferências correntes	36.308,44	0,00	0,00	0,00	0,00	36.308,44	77.279,79
D4111	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4112	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4113	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4114	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4115	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D412	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D413	Entidades do sector não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D414	Famílias	36.308,44	0,00	0,00	0,00	0,00	36.308,44	77.279,79
D42	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	2.714,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2.714,40	72.581,61
D7	Despesa de Capital	358.775,81	0,00	0,00	0,00	0,00	358.775,81	3.097.733,23
D71	Aquisição de bens de capital	358.775,81	0,00	0,00	0,00	0,00	358.775,81	364.783,23
D711	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.732.950,00
D7111	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.732.950,00
D7112	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7113	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7114	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7115	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D712	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D713	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D714	Entidades do sector não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D72	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D73	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Despesa Efetiva [5]	736.638,48	0,00	0,00	0,00	0,00	736.638,48	3.542.007,97
D10	Despesa não efetiva [6]	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00
	Despesas com ativos financeiros	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00
	Despesas com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [7] = [5] + [6]	3.736.638,48	0,00	0,00	0,00	0,00	3.736.638,48	3.542.007,97
	Operações Tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.577,58	62.227,01
	Saldo para a Gerência Seguinte	453.663,93	0,00	0,00	0,00	0,00	453.663,93	3.160.087,33
	Operações Orçamentais [8] = [4] - [7]	453.663,93	0,00	0,00	0,00	0,00	453.663,93	3.160.087,33
	Operações Tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Saldo Global [2] - [5]	293.576,60	0,00	0,00	0,00	0,00	293.576,60	-2.521.794,36
	Despesa Primária	736.638,48	0,00	0,00	0,00	0,00	736.638,48	3.542.007,97
	Saldo Corrente	652.352,41	0,00	0,00	0,00	0,00	652.352,41	575.938,87
	Saldo Capital	-358.775,81	0,00	0,00	0,00	0,00	-358.775,81	-3.097.733,23
	Saldo Primário	293.576,60	0,00	0,00	0,00	0,00	293.576,60	-2.521.794,36
	Receta Total [1] + [2] + [3]	4.190.302,41	0,00	0,00	0,00	0,00	4.190.302,41	6.702.095,30
	Despesa Total [5] + [6]	3.736.638,48	0,00	0,00	0,00	0,00	3.736.638,48	3.542.007,97

O Responsável:

Demonstração de execução orçamental da receita

Unidade Monetária: EUR

Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental (10) / (1) x100 (12)º
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10) = (5) - (7)		
Receita corrente													
R.04.02.99.99.78	REC PROPRÍAS -OUTRAS MULTAS E PENALID DIVERSAS	2.500,00	0,00	629,61	0,00	629,61	0,00	0,00	0,00	629,61	0,00	0,00	25,18
R.05.03.01.99.78	REC PROPRÍAS-OUT INSTRUM FINAN-ADM CTRAL-ESTADO	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R.06.08.01.99.78	REC PROPRÍAS-OUTRAS-FAMILIAS	165.000,00	0,00	169.578,45	0,00	169.578,45	0,00	0,00	0,00	169.578,45	0,00	0,00	102,77
R.07.03.01.99.78	REC PROPRÍAS-OUTRAS-HABITACOES-RENDIAS	750.000,00	98.237,96	799.121,83	10.627,53	799.121,83	1.713,63	1.713,63	0,00	797.408,20	89.324,06	0,00	106,32
R.07.03.99.99.78	REC PROPRÍAS -OUTRAS RENDAS	45.000,00	63.417,82	62.241,82	0,00	62.241,82	0,00	0,00	0,00	62.241,82	63.417,82	0,00	138,32
R.08.01.99.99.78	REC PROPRÍAS-OUTRAS-OUT REC CORRENTES	2.000,00	0,00	357,00	0,00	357,00	0,00	0,00	0,00	357,00	0,00	0,00	17,85
Receita de capital													
R.13.01.01.99.78	REC PROPRÍAS -OUTRAS INDEMNIZACOES	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R.15.01.01.01.05	REC PROPRÍAS-RNAP-ORG INTERNA	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R.16.01.03.01.78	REC PROPRÍAS-NA POSSE SERVICO	3.160.087,00	0,00	3.160.087,33	0,00	3.160.087,33	0,00	0,00	0,00	3.160.087,33	0,00	0,00	100,00
Total		4.150.087,00	161.655,78	4.192.016,04	10.627,63	4.192.016,04	1.713,63	1.713,63	0,00	4.190.302,41	152.741,88	0,00	100,97

O Responsável: _____

Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos/descontos (3)	Cálculos (4)	Compromissos (5)	Obrigações (6)	Despesas pagas líquidas de reposições			Unidade Monetária: EUR		
								Períodos anteriores (7)	Período corrente (8)	Total (9) = (8)+(7)	Compromissos a transferir (10) = (5)-(6)	Obrigações por pagar (11) = (6)-(9)	Grau de execução orçamental (12) = (9)/(2)x100
Despesa corrente													
D.01.01.03.A0.A0	PESSOAL QUADROS - REGIME FUNÇÃO PÚBLICA - PESSOAL	0,00	115.201,00	0,00	115.196,16	115.196,16	115.196,16	0,00	115.196,16	0,00	115.196,16	100,00	
D.01.01.03.A0.B0	PESSOAL QUADROS - REGIME FUNÇÃO PÚBLICA - PESSOAL	0,00	34.529,00	0,00	34.527,00	34.527,00	34.527,00	0,00	34.527,00	0,00	34.527,00	99,99	
D.01.01.09.A0.00	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO - PESSOAL EM FU	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.01.01.12.A0.A0	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS - PESSOAL EM FUNÇÕES - TURNO	0,00	6.850,00	0,00	6.588,48	6.588,48	6.588,48	0,00	6.588,48	0,00	6.588,48	96,18	
D.01.01.12.A0.B0	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS - PESSOAL EM FUNÇÕES - SERVI	0,00	23.940,00	0,00	23.937,92	23.937,92	23.937,92	0,00	23.937,92	0,00	23.937,92	99,99	
D.01.01.12.A0.C0	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS - PESSOAL EM FUNÇÕES - NÃO P	0,00	4.619,00	0,00	4.617,66	4.617,66	4.617,66	0,00	4.617,66	0,00	4.617,66	99,97	
D.01.01.13.A0.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO - PESSOAL EM FUNÇÕES	0,00	10.335,00	0,00	10.318,73	10.318,73	10.318,73	0,00	10.318,73	0,00	10.318,73	99,84	
D.01.01.14.SF.A0	SUBSIDIO DE FÉRIAS - PESSOAL EM FUNÇÕES	0,00	15.522,00	0,00	15.520,99	15.520,99	15.520,99	0,00	15.520,99	0,00	15.520,99	99,99	
D.01.01.14.SN.A0	SUBSIDIO DE NATAL - PESSOAL EM FUNÇÕES	0,00	16.290,00	0,00	15.520,99	15.520,99	15.520,99	0,00	15.520,99	0,00	15.520,99	95,28	
D.01.02.03.A0.00	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	0,00	100,00	0,00	58,28	58,28	58,28	0,00	58,28	0,00	58,28	58,28	
D.01.02.04.A0.00	AJUDAS DE CUSTO	0,00	1.910,00	0,00	1.328,92	1.328,92	1.328,92	0,00	1.328,92	0,00	1.328,92	69,58	
D.01.02.05.A0.00	ABONO PARA FALHAS	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.01.02.08.A0.00	SUBSIDIO E ABONO DE FIXAÇÃO RESIDENCIA E ALOJAMEN	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.01.02.14.A0.00	OUTROS ABONOS EM NUMERARIO OU ESPECIE	0,00	3.660,00	0,00	3.566,60	3.566,60	3.566,60	0,00	3.566,60	0,00	3.566,60	97,45	
D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	0,00	45.720,00	0,00	43.703,26	43.703,26	43.703,26	0,00	43.703,26	0,00	43.703,26	95,59	
D.01.03.05.A0.B0	SEGURANCA SOCIAL	0,00	6.592,00	0,00	5.694,41	5.694,41	5.694,41	0,00	5.694,41	0,00	5.694,41	86,38	
D.02.01.02.A0.00	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	10.000,00	6.134,00	2.670,79	2.670,79	2.670,79	0,00	2.670,79	0,00	2.670,79	26,71	
D.02.01.17.A0.00	FERRAMENTAS E UTENSILIOS	0,00	1.840,00	1.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.02.01.21.A0.00	OUTROS BENS	0,00	11.000,00	9.201,00	472,71	472,71	472,71	0,00	472,71	0,00	472,71	4,30	
D.02.02.01.B0.00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	0,00	47.080,00	19.567,00	15.591,23	15.591,23	15.591,23	0,00	15.591,23	0,00	15.591,23	33,12	
D.02.02.03.A0.00	CONSERVAÇÃO DE BENS	0,00	37.000,00	24.536,00	10.378,16	10.378,16	10.378,16	0,00	10.378,16	0,00	10.378,16	28,05	
D.02.02.10.A0.00	TRANSPORTES	0,00	2.600,00	1.533,00	1.040,00	1.040,00	1.040,00	0,00	1.040,00	0,00	1.040,00	40,00	
D.02.02.12.B0.00	OUTRAS	0,00	2.200,00	1.840,00	352,29	352,29	352,29	0,00	352,29	0,00	352,29	16,01	
D.02.02.13.A0.00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	0,00	1.000,00	659,00	218,16	218,16	218,16	0,00	218,16	0,00	218,16	21,82	
D.02.02.15.B0.00	OUTRAS	0,00	8.500,00	6.134,00	2.045,65	2.045,65	2.045,65	0,00	2.045,65	0,00	2.045,65	24,07	
D.02.02.17.A0.00	PUBLICIDADE OBRIGATORIA	0,00	680,00	613,00	60,21	60,21	60,21	0,00	60,21	0,00	60,21	8,85	
D.02.02.19.B0.00	SOFTWARE INFORMATICO	0,00	11.250,00	7.361,00	3.884,34	3.884,34	3.884,34	0,00	3.884,34	0,00	3.884,34	34,53	
D.02.02.19.C0.00	OUTROS	0,00	3.100,00	3.067,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descontos (3)	Cabimentos (4)	Compromissos (5)	Obrigações (6)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir (10) = (5)-(6)	Obrigações por pagar (11) = (6)-(9)	Grau de execução orçamental (12) = (9)/(2)x100
								Períodos anteriores (7)	Período corrente (8)	Total (9) = (8)+(7)			
D.02.02.20.80.00	OUTROS	0,00	47.750,00	32.944,00	14.773,35	14.773,35	14.773,35	0,00	14.773,35	0,00	0,00	30,94	
D.02.02.21.40.00	UTILIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS	0,00	4.000,00	2.147,00	1.473,20	1.473,20	1.473,20	0,00	1.473,20	0,00	0,00	36,83	
D.02.02.25.40.00	OUTROS SERVIÇOS	0,00	16.900,00	10.428,00	5.300,34	5.300,34	5.300,34	0,00	5.300,34	0,00	0,00	31,36	
D.04.08.02.40.00	ESTAGIOS PROFISSIONAIS NA AP	0,00	26.834,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.04.08.02.80.00	OUTRAS	0,00	60.000,00	0,00	36.308,44	36.308,44	36.308,44	0,00	36.308,44	0,00	0,00	60,51	
D.06.02.01.40.00	IMPOSTOS E TAXAS	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.06.02.03.00.00	OUTRAS	0,00	6.594,00	0,00	2.714,40	2.714,40	2.714,40	0,00	2.714,40	0,00	0,00	41,16	
D.06.02.03.80.00	RESERVA	0,00	24.750,00	24.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa de capital													
D.07.01.02.80.80	CONSERVACAO OU REPARACAO	0,00	277.125,00	0,00	270.364,98	270.364,98	270.364,98	0,00	270.364,98	0,00	0,00	97,56	
D.07.01.03.80.80	CONSERVACAO OU REPARACAO	0,00	79.846,00	0,00	76.976,30	76.976,30	76.976,30	0,00	76.976,30	0,00	0,00	96,41	
D.07.01.04.80.40	CONSTRUÇÕES DIVERSAS - AQUISIÇÃO	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.07.01.06.80.40	MATERIAL DE TRANSPORTE - AQUISIÇÃO	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.07.01.07.80.40	HARDWARE DE COMUNICAÇÕES	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.07.01.08.80.40	SOFTWARE DE COMUNICAÇÕES	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.07.01.09.80.40	HARDWARE DE COMUNICAÇÕES	0,00	6.476,00	0,00	6.475,95	6.475,95	6.475,95	0,00	6.475,95	0,00	0,00	100,00	
D.07.01.10.80.40	HARDWARE DE COMUNICAÇÕES	0,00	7.100,00	0,00	4.958,58	4.958,58	4.958,58	0,00	4.958,58	0,00	0,00	69,84	
D.07.01.11.80.40	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS - AQUISIÇÃO	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.07.01.15.80.40	OUTROS INVESTIMENTOS - AQUISIÇÃO	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.09.02.06.00.00	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - SPA	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	100,00	
Total		0,00	3.990.000,00	152.754,00	3.736.638,48	3.736.638,48	3.736.638,48	0,00	3.736.638,48	0,00	0,00	93,85	

O Responsável: _____



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(ÓPTICA FINANCEIRA / PATRIMONIAL))

EXERCÍCIO DE 2023

Balanço

Rubricas	Notas	2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		4.180.843,12	4.080.574,73
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis		81.825,61	99.597,79
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		0,00	0,00
Devedores por emprést. bonif. e sub.reembols.		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
		4.262.668,73	4.180.172,52
Ativo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transfer. e sub. não reembols.		0,00	0,00
Devedores por emprést. bonif. e sub.reembols.		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		1.272,33	10.186,23
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
Diferimentos		176,19	74,64
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		3.000.000,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos		453.663,93	3.160.087,33
		3.455.112,45	3.170.348,20
Total do Ativo		7.717.781,18	7.350.520,72
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		4.235.101,70	4.235.101,70
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas		4.355.924,20	4.355.924,20
Resultados transitados		-1.347.640,70	1.231.453,25
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no património líquido		0,00	0,00
Resultado líquido do período		369.151,19	-2.579.093,95
		7.612.536,39	7.243.385,20

Balanço

Rubricas	Notas	2023	2022
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Credores transfer. e sub. não reembolsáveis		0,00	0,00
Fornecedores		516,82	713,96
Adiant. de clientes, contribuintes utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		37.479,76	20.662,20
Diferimentos		67.248,21	85.759,36
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		105.244,79	107.135,52
Total do Passivo		105.244,79	107.135,52
Total do Património Líquido e Passivo		7.717.781,18	7.350.520,72

O Responsável: _____

Demonstração dos resultados por naturezas

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Impostos, contribuições e taxas		629,61	0,00
Vendas		0,00	0,00
Prestações de serviços e concessões		0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos		169.578,45	159.026,16
Rend/Gast. imput.ent.cont.,assoc. e emp.conj.		0,00	0,00
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo mat. vend., mat. consum. e inv. transf.		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-222.066,20	-407.234,98
Gastos com pessoal		-296.907,43	-172.709,58
Transferências e subsídios concedidos		-36.308,44	-2.804.985,65
Prestações sociais		0,00	0,00
Imp.de invent.e ativos biol. (perdas/revers.)		0,00	0,00
Imparid. de dívidas a receber(perdas/revers.)		0,00	11.650,01
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imp. invest. não dep./amortiz(perdas/revers.)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		857.634,71	807.234,89
Outros gastos		-14.072,39	-88.919,64
Res. antes deprec. e gastos de financiamento		458.488,31	-2.495.938,79
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-110.191,23	-107.800,46
Imparid. invest. dep./amortiz(perdas/revers.)		0,00	0,00
Result. operac(antes de gastos financiamento)		348.297,08	-2.603.739,25
Juros e rendimentos similares obtidos		20.927,12	24.800,00
Juros e gastos similares suportados		-73,01	-154,70
Resultado antes de impostos		369.151,19	-2.579.093,95
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado liquido do período		369.151,19	-2.579.093,95

O Responsável: _____

Demonstração das Alterações no Patrimônio Líquido

Descrição	Notas	Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade que controla										Unidade Monetária: EUR		
		Capital / Patrimônio Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em alíquotas financeiras	Excedentes de revalorização	Outras variações no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do patrimônio líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		4.235.101,70	0,00	0,00	0,00	4.355.924,20	1.231.453,25	0,00	0,00	0,00	-2.579.093,95	7.243.385,20	0,00	7.243.385,20
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Ajustamentos de transição de ref. contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conv. de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e resp. variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alt. reconhecidas no Patrimônio Líquido (2)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)														
RESULTADO INTEGRAL (4) = (2)+(3)														
OPERAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrições de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entzadas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações (5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.579.093,95	0,00	0,00	0,00	2.579.093,95	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)		4.235.101,70	0,00	0,00	0,00	4.355.924,20	-1.347.640,70	0,00	0,00	0,00	369.151,19	7.612.536,39	0,00	7.612.536,39

O Responsável: _____



Demonstração de fluxos de caixa

Rubricas	Notas	Unidade Monetária: EUR	
		Periodos	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		859.650,02	813.818,63
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos transferências e subsídios correntes		169.578,45	159.026,16
Recebimentos de utentes		629,61	0,00
Pagamentos a fornecedores		-58.260,43	-109.804,25
Pagamentos ao pessoal		-280.579,40	-184.609,09
Pagamentos a contribuintes / utentes		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-36.308,44	-77.279,79
Pagamentos de prestações sociais		0,00	0,00
Caixa gerada pelas Operações		654.709,81	601.151,66
Pagamento / recebimento do Imp. sobre rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-2.357,40	-70.939,91
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		652.352,41	530.211,75
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitante a:			
Ativos fixos tangíveis		-11.434,53	-68.543,44
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		-347.341,28	-3.029.189,79
Recebimentos proveniente de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Transferências de capital		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	45.727,12
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-358.775,81	-3.052.006,11

Demonstração de fluxos de caixa

Rubricas	Notas	Unidade Monetária: EUR	
		Periodos	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos proveniente de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de cap. e de out. instrumentos de cap.		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamento respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de cap. e de outros instrumentos de cap.		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento(c)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		293.576,60	-2.521.794,36
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes de cx. no início do per.		3.160.087,33	5.681.881,69
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do per.		3.453.663,93	3.160.087,33
CONCILIAÇÃO ENTRE CX E SEUS EQUIV E SALDO GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de cx. no início do per.		3.160.087,33	5.681.881,69
-Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
+ Parte do SG que não constitui equiv. de caixa		0,00	0,00
-Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior (SGA)		3.160.087,33	5.681.881,69
SGA De execução orçamental		3.160.087,33	5.681.881,69
SGA De operações de tesouraria		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do per.		3.453.663,93	3.160.087,33
-Equivalentes a caixa no fim do período		-3.000.000,00	0,00
+ Parte do SG que não constitui equiv. de caixa		0,00	0,00
-Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência seguinte (SGS)		453.663,93	3.160.087,33
SGS De execução orçamental		453.663,93	3.160.087,33
SGS De operações de tesouraria		0,00	0,00

O Responsável: _____



[Handwritten signature in blue ink]

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

0. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública expressas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A adoção deste novo referencial implicou um conjunto de ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o anterior normativo (POCP). Foi considerado o constante no art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro).

Assim, na adoção do novo referencial contabilístico foi necessário:

- Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o POCP numa categoria, mas que de acordo com as Normas de Contabilidade Pública pertencem a outra categoria;
- Aplicar as Normas de Contabilidade Pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos que forem aplicáveis, resultantes da mudança das políticas contabilísticas do POCP para o SNC-AP, devem ser reconhecidos numa conta especificamente criada para o efeito, a conta "564 – Ajustamentos de transição para o SNC-AP".

Nas primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP, não é necessário efetuar uma reexpressão da informação relativa ao ano anterior (comparativos). Esta informação relativa ao Cofre de Previdência da PSP, é apresentada através da mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, da seguinte forma, como mostra o quadro seguinte:

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



Balanco de Abertura do SNC-AP - Transição POCF

RUBRICAS	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	SNC-AP
(1)	Valores POCF	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de Mensuração	Imparidades / Reversões	Outros	Erros	Reclassificações	=(2)+...+(9)
Total Ativo									
Ativo não corrente									
Ativos fixos tangíveis	4.180.843,12	0	0	0	0	0	0	0,00	4.180.843,12
Propriedades de investimento	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Ativos intangíveis	81.825,61	0	0	0	0	0	0	0,00	81.825,61
Ativos biológicos	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Participações financeiras	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Diferimentos	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Cientes, contribuintes e utentes	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Outras contas a receber	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
	4.262.668,73	0	0	0	0	0	0	0,00	4.262.668,73
Ativo corrente									
Inventários	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Cientes, contribuintes e utentes	1.272,33	0	0	0	0	0	0	0,00	1.272,33
Estado e outros entes públicos	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Outras contas a receber	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Diferimentos	176,19	0	0	0	0	0	0	0,00	176,19
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



[Handwritten signature]

Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0	0	0	0	0,00
Caixa e depósitos	3.453.663,93	0	0	0	0	3.453.663,93
	3.455.112,45	0	0	0	0	3.455.112,45
Total Ativo	7.717.781,18	0	0	0	0	7.717.781,18
Total Patrimônio Líquido						
Patrimônio Líquido						
Patrimônio/Capital	4.235.101,70	0	0	0	0	4.235.101,70
Ações (quotas) próprias	0,00	0	0	0	0	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0	0	0	0	0,00
Prêmios de emissão	0,00	0	0	0	0	0,00
Reservas	4.355.924,20	0	0	0	0	4.355.924,20
Resultados transitados	-1.347.640,70	0	0	0	0	-1.347.640,70
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0	0	0	0	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0	0	0	0	0,00
Outras variações no Patrimônio Líquido	0,00	0	0	0	0	0,00
Resultado líquido do período	369.151,19	0	0	0	0	369.151,19
Dividendos antecipados	0,00	0	0	0	0	0,00
Interesses que não controlam	0,00	0	0	0	0	0,00
Total Passivo	7.612.536,39	0	0	0	0	7.612.536,39
Passivo não corrente						
Provisões	0,00	0	0	0	0	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0	0	0	0	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0	0	0	0	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00	0	0	0	0	0,00
Diferimentos	0,00	0	0	0	0	0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00	0	0	0	0	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0	0	0	0	0,00
Fornecedores	0,00	0	0	0	0	0,00
Passivo corrente						
Créditos por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00	0	0	0	0	0,00
Fornecedores	516,82	0	0	0	0	516,82
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0	0	0	0	0,00

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



[Handwritten signature]

Estado e outros entes públicos	0,00	0	0	0	0	0	0,00	0	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0	0	0	0	0	0,00	0	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0	0	0	0	0	0,00	0	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0	0	0	0	0	0,00	0	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0	0	0	0	0	0,00	0	0,00	0,00
Diferimentos	104.727,97	0	0	0	0	0	104.727,97	0	104.727,97	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0	0	0	0	0	0,00	0	0,00	0,00
Outros passivos financeiros	0,00	0	0	0	0	0	0,00	0	0,00	0,00
Total Passivo	105.244,79	0	0	0	0	0	105.244,79	0	105.244,79	0,00
Total do Patrimônio Líquido e Passivo	7.717.781,18	0	0	0	0	0	7.717.781,18	0	7.717.781,18	0,00



[Handwritten signature]

No processo de transição para o SNC-AP, as maiores variações ocorreram nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis (AFT), Inventários e de Património Líquido (Ajustamentos de Transição).

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade e período de relato

- a) **Designação da entidade:** Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública / NIF: 500766673
- b) **Endereço:** Rua de Xabregas n.º 44, 1949-017 Lisboa
- c) **Código de classificação orgânica:** 05 1 04 05 00
- d) **Tutela:** Ministério da Administração Interna
- e) **Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável**

A portaria n.º 18836, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, nos termos dos artigos 4.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 42794, de 31 de Dezembro de 1959, aprovar e pôr em execução a partir de 1 de Janeiro de 1962 o Estatuto do Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública.

O Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública é uma instituição de utilidade pública, com personalidade jurídica e sede em Lisboa, em edifício cedido pelo Estado, que funciona integrada nos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 42794, de 31 de Dezembro de 1959.

O Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública tem por fim essencial, assegurar por morte dos seus subscritores um subsídio pecuniário único.

O Cofre deverá cooperar na campanha de fomento da construção de casas económicas e de renda económica e em quaisquer outras actividades destinadas a beneficiar os subscritores.

- f) **Designação e sede da entidade que controla final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas:**

A sede do Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública, está situada em Xabregas, sendo que o endereço da mesma está identificado na alínea b) do ponto 1.1 supra

- g) **Caso as demonstrações financeiras anuais sejam apresentadas para um período mais longo ou mais curto do que um ano indicar:**

As presentes demonstrações financeiras correspondem ao período económico de 2023.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

- a) **Referencial contabilístico**



As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública, bem como a sua posição, avaliação financeira e fluxos de caixa.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo, não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras em análise.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data de relato que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data de relato são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

- Especialização dos gastos/rendimentos

Os rendimentos/gastos da fonte de financiamento de receitas próprias são reconhecidos no momento (período) a que respeitam, como por exemplo, faturas com encargos das instalações (água, eletricidade e gás) e encargos sociais.

- Compensação

Os ativos e passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e de demonstração de resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo, nem nenhum gasto por qualquer rendimento, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

- Comparabilidade

Com a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2023, e de acordo com as instruções constantes do Manual de Implementação relativamente à aplicação pela primeira vez do SNC-AP, emitida pela Comissão de Normalização Contabilística, a informação comparativa relativa ao ano anterior é baseada no POCP, tendo sido efetuada uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o novo referencial.

- b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.**

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



Face ao exposto, esta opção de não obrigar as entidades a reexpressar o comparativo de acordo com o SNC-AP, implica a perda de comparabilidade entre 2022 e 2023, sendo a mesma retomada em 2024. Numa análise custo-benefício, a apresentação do ano de 2023 de acordo com os requisitos das NCP relativas ao subsistema da contabilidade financeira imporia custos superiores aos benefícios a obter.

A falta de comparabilidade acima referida é especialmente visível nas seguintes rubricas:

- Nos ajustamentos efectuados anteriormente no imobilizado corpóreo.
- Os acréscimos de custos passaram a ser apresentados nas outras contas a pagar.
- c) **Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável. Quando as quantias comparativas forem reclassificadas, uma entidade deve divulgar:**

Sem comentários a assinalar

- d) **Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso:**

Sem comentários a assinalar

- e) **Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

A desagregação da rubrica de caixa e de depósitos bancários em 31 de dezembro de 2023 é:

Conta	Euros	
Caixa		0
Depósitos à ordem		453.663,93
CGD - PT50003506970080074842627	6.920,99	
IGCP - PT50078101120000000603605	446.742,94	
Depósitos a prazo		0
Depósitos consignados		0
Depósitos de garantias e cauções		0
Outros Ativos Financeiros		3.000.000,00
Total de caixa e depósitos		3.453.663,93

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo foram preparadas de acordo com a NCP-PE – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros, muito embora o CPPSP esteja

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



obrigado ao regime das Micro Entidades.

Foram adotadas as seguintes políticas contabilísticas e conceitos:

a) Ativos e Passivos correntes e não correntes

Um ativo é classificado como “corrente” quando satisfaz um dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido, no decurso normal do ciclo operacional do organismo;
- Seja detido essencialmente com a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos são classificados como não correntes (ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis).

Um passivo é classificado como “corrente” quando satisfaz um dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal do organismo;
- Exista essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos são classificados como não correntes.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo como referencial as previstas no Classificador Complementar 2.

As vidas úteis são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios



económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, que corresponde a três anos, no caso de programas de computador, licenças e software.

As vidas úteis são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do organismo com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existam evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados e é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações/amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

e) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o organismo toma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCP 18 – “Instrumentos



financeiros”.

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

i. Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

Os saldos de clientes, contribuintes e utentes e de outras contas a receber são registados inicialmente ao justo valor, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas. Entende-se que a mensuração ao custo amortizado é substancialmente idêntica ao custo de aquisição.

ii. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

iii. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar constituem obrigações a pagar pela aquisição de bens e serviços e são registados inicialmente ao justo valor, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas. Entende-se que a mensuração ao custo amortizado é substancialmente idêntica ao custo de aquisição.

iv. Imparidade de ativos financeiros

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do valor recuperável do ativo na data de



relato.

As contas a receber individualmente significativas são avaliadas individualmente para efeitos de imparidade. As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui, essencialmente por cobrança de valores vencidos, esta é revertida por resultados. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

v. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à respetiva posse.

Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

f) Rendimento de transações com contraprestação

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

No caso das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados às transações/serviços fluam para o organismo;
- Os custos incorridos ou a incorrer com as transações/serviços possam ser mensurados com fiabilidade;
- As fases de acabamento das transações/serviços à data de relato possam ser mensuradas com fiabilidade.

g) Transferências e subsídios obtidos

As transferências e os subsídios são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança quanto ao seu recebimento e cumprimento por parte da entidade das condições a eles associados.

As transferências e subsídios correntes obtidos são reconhecidos na demonstração de resultados, tendo em consideração o princípio da especialização, ou seja, com base no período a que respeitam.

Os subsídios atribuídos à Entidade não reembolsáveis para financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis



[Handwritten signature in blue ink]

com vida útil definida são inicialmente reconhecidos no património líquido e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimento do período, proporcionalmente às amortizações/depreciações dos respetivos bens.

h) Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gastos do período. Os gastos a curto prazo incluem os vencimentos e respetivas contribuições para os diversos regimes contributivos (Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações).

De acordo com a legislação aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence-se a 1 de janeiro do ano seguinte, sendo pago durante esse período, pelo que os gastos correspondentes se encontram devidamente especializados.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o valor da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista anualmente, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de uma entrada económica futura de recursos.

j) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações



em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

k) Acontecimentos após a data de relato

Os acontecimentos após a data de relato que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data de relato ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data de relato que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de relato ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes.

Sem comentários a assinalar

2.3. Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Sem comentários a assinalar

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Sem comentários a assinalar

2.5. Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar:

Sem comentários a assinalar

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Sem comentários a assinalar

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

Sem comentários a assinalar



2.8. Erros materiais de períodos anteriores.

Sem comentários a assinalar

3. Ativos intangíveis

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

a) As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Todos os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31/12/2023, encontram-se registrados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceitos até àquela data, deduzido das depreciações. Os custos de aquisição incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades.

b) As vidas uteis ou as taxas de amortização usadas

Para os bens adquiridos até 31/12/2022, foi utilizado o classificador CIBE (Cadastro e Inventário dos bens do Estado) criado pela Portaria 671/2000, de 17 de abril. Para os bens adquiridos desde 01/01/2023 é aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Existem fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

c) Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

d) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no início e no final do período

A quantia escriturada bruta, bem como as respetivas amortizações acumuladas dos ativos intangíveis, no início e no final do período foi a seguinte:

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



(Handwritten signatures and initials)

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidades Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidades Acumuladas	Quantia escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural				0				
Goodwill				0				
Projetos de desenvolvimento				0				
Programas de computador e sistemas de informação	177721,84	78124,05		99597,79	177721,84	95896,23		81825,61
Propriedade industrial e intelectual				0				
Outros				0				
Ativos intangíveis em curso				0				
Total	177721,84	78124,05	0	99597,79	177721,84	95896,23	0	81825,61

Quadro 2 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

e) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída

Os gastos de amortizações respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração de Resultados, na rubrica "Gastos / reversões de depreciação e amortização".

f) Reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes variações do ativo intangível:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	transferências internas à entidade	Reavaliações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	99597,79						-17772,18			81825,61
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total	99597,79	0	0	0	0	0	-17772,18	0	0	81825,61

Quadro 3 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

g) Adições ao ativo intangível

Durante o exercício de 2023, não ocorreram adições do ativo intangível.

h) Diminuições ao ativo intangível

Durante o exercício de 2023, não ocorreram diminuições do ativo intangível.



3.2. a) Uma descrição da quantia escriturada e o período de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual que seja material nas demonstrações financeiras da entidade.

Sem comentários a assinalar

3.3. Se os ativos intangíveis forem contabilizados por quantias revalorizadas,

Sem comentários a assinalar

3.4. Dispêndios de pesquisa e desenvolvimento deve divulgar a quantia agregada dos dispêndios de pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como um gasto durante o período.

Sem comentários a assinalar

3.5. a) Uma descrição de qualquer ativo intangível totalmente amortizado que esteja ainda em uso
Identificação das quantias escrituradas brutas do ativo intangível totalmente amortizado ainda em uso.

Sem comentários a assinalar

4. Acordos de concessão de serviços: Concedente

Sem comentários a assinalar

5. Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis gerados internamente e outros

a) As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Todos os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31/12/2023, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações. Os custos de aquisição incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

b) Os métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

Para os bens adquiridos até 31/12/2022, foi utilizado o classificador CIBE (Cadastro e Inventário dos bens do Estado) criado pela Portaria 671/2000, de 17 de abril. Para os bens adquiridos desde 01/01/2023 é aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Existem fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



[Handwritten signature]

intangível, entre outra informação, a respectiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respectiva quantia escriturada líquida.

d) A quantia bruta escriturada e a depreciação acumulada no início e no final do período

A quantia escriturada bruta, bem como as respectivas depreciações acumuladas dos ativos fixos tangíveis, no início e no final do período foi a seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidades Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidades Acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	5.804.557,73	1.848.296,62		3.956.261,11	5.804.557,73	1.903.572,55		3.900.985,18
Equipamento básico	6.499.563,32	555.543,15		64.413,17	624.894,03	575.100,25		49.763,78
Equipamento de transporte	56.551,42	56.551,42		0,00	56.551,42	56.551,42		0,00
Equipamento administrativo	175.397,80	158.574,83		16.822,97	175.397,80	153.925,58		114.722,22
Equipamentos biológicos				0,00				0,00
Outros	105.710,56	62.633,08		43.077,48	105.710,56	74.838,35		30.872,21
Ativos fixos tangíveis em curso					187.749,73			187.749,73
	6.762.173,83	2.681.599,10	0,00	4.080.574,73	6.954.861,27	2.774.018,15	0,00	4.180.843,12
Total	6.762.173,83	2.681.599,10	0,00	4.080.574,73	6.954.861,27	2.774.018,15	0,00	4.180.843,12

Quadro 4 – Ativos Tangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes variações do ativo fixo tangível:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada a final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de Domínio público, patrimônio histórico artístico e cultural										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	3.956.261,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-55.275,93	0,00	0,00	3.900.985,18
Equipamento básico	64.413,17	4.937,71	0,00	0,00	0,00	0,00	-19.587,10	0,00	0,00	49.763,78

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



[Handwritten signature]

Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	16.822,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.350,75	0,00	0,00	11.472,22
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	43.077,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.205,27	0,00	0,00	30.872,21
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	187.749,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.749,73
	4.080.574,73	192.687,44	0,00	0,00	0,00	0,00	-92.419,05	0,00	0,00	4.180.843,12
Total	4.080.574,73	192.687,44	0,00	0,00	0,00	0,00	-92.419,05	0,00	0,00	4.180.843,12

Quadro 5 – Ativos Tangíveis – quantia escriturada e variações do período

f) Adições ao ativo fixo tangível

As adições ao ativo fixo tangível ocorridas durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2023, foram as seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transfere rência ou troca	Expropria ção	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamen to	Locaçã o finance ira	Fusão, cisão, reestru turaçã o	Outras	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais											0,00
Edifícios e outras construções											0,00
Equipamento básico		4.937,71									4.937,71
Equipamento de transporte											0,00
Equipamento administrativo											0,00
Equipamentos biológicos											0,00
Outros											0,00
Ativos fixos tangíveis em curso		187.749,73									187.749,73
	0,00	192.687,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192.687,44
Total	0,00	192.687,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192.687,44

Quadro 6.1 – Ativos Tangíveis – adições

g) Diminuições ao Ativo Tangível

Durante o exercício de 2023, não ocorreram diminuições do ativo tangível.



[Handwritten signature]

h) Identificação das quantias escrituradas bruta de qualquer ativo fixo tangível totalmente depreciado que ainda esteja em uso.

Conta	Descrição	Valor
43.3.3	Equipamento e material específico dos serviços de saúde	1.632,83 €
43.3.9	Outro equipamento básico	517.968,94 €
43.4.2	Transportes rodoviários	56.551,42 €
43.5.9	Equipamento Administro - Outros	144.546,16 €
43.7.9	Outros Ativos fixos tangíveis	70.929,04 €
Total		791.628,39 €

Quadro 7 - A quantia escriturada bruta de ativo fixo tangível totalmente depreciado e ainda em uso

6. Locações

Sem comentários a assinalar

7. Custos de empréstimos obtidos

Sem comentários a assinalar

8. Propriedades de investimento

Sem comentários a assinalar

9. Imparidade de ativos

Sem comentários a assinalar

10. Inventários

Sem comentários a assinalar

11. Agricultura

Sem comentários a assinalar

12. Contratos de construção

Sem comentários a assinalar

13. Rendimento de transações com contraprestação

A NCP 13 que versa sobre os rendimentos de transações com contraprestação, refere-se normalmente a vendas e prestações de serviços, uma vez que existe uma entrada presente ou futura de meios financeiros líquidos, e uma correspondente saída de ativos ou a obrigatoriedade de prestar um serviço em valor equivalente. O rendimento associado é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos oriundos das rendas de habitações e não habitações (lojas), destaca-se nos dois anos em análise, com evidente crescimento em 2023.

Tipo de rendimento	Rendimento do período		Rendimento do período	
	2023		2022	
	Resultados	Património Líquido	Resultados	Património Líquido
Impostos, contribuições e taxas	629,61 €		- €	- €
Multas-Outras Multas e Penalidades	629,61 €			
Outros rendimentos e ganhos	857.634,71 €		807.234,89 €	- €
Rend Supl-Arrendamen	857.234,05 €		807.234,89 €	
Rend Supl-Des Ati En	357,00 €			
Outros	43,66 €			
Juros, dividendos e outros rend. Similares	20.927,12 €		24.800,00 €	
Juros Obtidos-Residentes	20.927,12 €		24.800,00 €	
Total	879.191,44 €	- €	832.034,89 €	- €

Quadro 8 – Rendimentos com contraprestação

14. Rendimento de transações sem contraprestação

- a) A quantia de rédito proveniente de transações sem contraprestação reconhecidas durante o período por classes principais evidenciando separadamente:

Neste ponto, apenas se insere as quotas dos subscritores, sendo que em 2023 o CPPSP desenvolveu a sua atividade, que se dirigiu para um universo de cerca de 29083 subscritores (mais 1987 que no ano de 2022), compreendendo-se neste universo obrigatoriamente, todo o pessoal em serviço ativo na PSP e o pessoal aposentado a 31 de dezembro do período em análise.

- b) A quantia de contas a receber reconhecidas relacionadas com rendimentos sem contraprestação.

Tipo de Rendimento	Rendimento do período		Rendimento do período	
	2023		2022	
	Resultados	Património líquido	Resultados	Património líquido
Transferências e subsídios correntes obtidos	169.578,45 €		159.026,16 €	- €
Quotas - Famílias	169.578,45 €		159.026,16 €	
Total	169.578,45 €	- €	159.026,16 €	- €

Quadro 9 – Rendimentos sem contraprestação

As transferências recebidas para aplicar em funcionamento são registadas em resultados, na conta (751 – Transferências correntes obtidas) e as de capital no património líquido (593 – Transferências e subsídios de

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



capital), sendo que no exercício de 2023, não se verificou tranches de capital aplicáveis em Investimento.

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Sem comentários a assinalar

16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Sem comentários a assinalar

17. Acontecimentos após a data de relato

Sem comentários a assinalar

18. Instrumentos financeiros

Sem comentários a assinalar

19. Benefícios dos empregados

O Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública em 2023 tem a seguinte variação do número de funcionários:

Mapa de Pessoal em funções - 2023 (31DEZ)

Pessoal em Funções Públicas	Cargo/Categoria	dez/22	dez/23	Peso	Varição
Policias - Pessoal em Funções	Oficial de Polícia	0	1	12,5%	1 100,0%
	Chefe de Polícia	1	2	25,0%	1 100,0%
	Agentes de Polícia	2	3	37,5%	1 50,0%
	Subtotal...	3	6	75,0%	3 100,0%
Pessoal com funções não policiais	Técnicos Superiores	1	1	12,5%	0 100,0%
	Técnico Informático	0	0	0,0%	0 100,0%
	Assistente Técnico	1	1	12,5%	0 0,0%
	Assistente Operacional	0	0	0,0%	0 100,0%
	Estagiários da AP	0	0	0,0%	0 200,0%
	Subtotal...	2	2	25,0%	0 0,0%
	TOTAL...	5	8	100,0%	3 60,0%

Quadro 10 – Variação número de funcionários

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



[Handwritten signature]

Os gastos com o pessoal em 2023 foram os a seguir apresentados:

Conta/ Subconta	Designação	2022	2023	Varição
632111	Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	94.586,53 €	155.604,97 €	61.018,44 €
63212	Subsídio de férias	3.911,16 €	21.402,80 €	17.491,64 €
63213	Subsídio de natal	8.438,22 €	15.520,99 €	7.082,77 €
63215	Subsídio de refeição	5.938,65 €	10.318,73 €	4.380,08 €
63219	Outros suplementos e prémios	16.643,65 €	28.555,58 €	11.911,93 €
632202	Alimentação e alojamento	59,22 €	58,28 €	- 0,94 €
632203	Ajudas de custo	537,68 €	1.328,92 €	791,24 €
632207	Subsídio prevenção, trabalho noturno e de turno	5.262,08 €	6.588,48 €	1.326,40 €
63511	Caixa Geral de Aposentações	26.224,87 €	48.505,54 €	22.280,67 €
63512	Segurança Social - Regime Geral	9.219,32 €	5.456,54 €	- 3.762,78 €
6363	Seguro de acidentes no trabalho	1.888,20 €	3.566,60 €	1.678,40 €
	Total	172.709,58 €	296.907,43 €	124.197,85 €

Quadro 11 – Gastos com pessoal

Os valores apresentados na tabela anterior incluem os valores estimados de férias e subsídio de férias e respetivos encargos sociais, a pagar em 2024. Este montante (36 538,63 euros) foi especializado e encontra-se nas outras contas a pagar.

20. Divulgações de partes relacionadas

Sem comentários a assinalar

21. Relato por segmentos

Sem comentários a assinalar

22. Interesses em outras entidades

Sem comentários a assinalar

23. Outras divulgações

23.1. Transferências e subsídios concedidos

Os valores apresentados a seguir correspondem ao total de transferências efetuadas em 2020, a Associações Culturais e Desportivas, Associações e outras entidades de cariz social:

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



[Handwritten signature]

Conta/ Subconta	Designação	2022	2023	Variação
6010	Famílias	72 035,65 €	36 308,44 €	- 35 727,21 €
6042	Outros	2 732 950,00 €		- 2 732 950,00 €
	Total	2 804 985,65 €	36 308,44 €	- 2 768 677,21 €

Quadro 12 – Transferências e subsídios concedidos

23.2. Fornecimentos e serviços externos

Os valores apresentados a seguir correspondem ao total fornecimentos e serviços externos efetuados no ano de 2023:

Conta/ Subconta	Designação	2022	2023	Variação
6221200000	Estudos, pareceres e consultoria jurídica	4 718,65 €		- 4 718,65 €
6221700000	Formação Pessoal	2 483,50 €	2 045,65 €	- 437,85 €
6221900000	Out Trabalhos Especializados		922,50 €	922,50 €
6222000000	Publicidade, comunicação e imagem	185,09 €	60,21 €	- 124,88 €
6224100000	Honorários -Contrato Individuais Tarefa		3 960,00 €	3 960,00 €
6224300000	Honorário-Apoio Judiciário	6 691,90 €		- 6 691,90 €
6224900000	Outros Honorários	1 753,29 €	4 433,70 €	2 680,41 €
6226100000	Conservação Reparação Ativos Fixos	134 183,81 €	92 193,14 €	- 41 990,67 €
6226200000	Assistência técnica		3 884,34 €	3 884,34 €
6226900000	Outros Gastos Conservação e Reparação	157 630,41 €	70 418,42 €	- 87 211,99 €
6229000000	Out Serviços Especializados	20 947,40 €	3 481,81 €	-17 465,59 €
6231000000	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	10 148,00 €	20,87 €	- 10 127,13 €
6235000000	Materiais Educação e Cultura	7 088,32 €		- 7 088,32 €
6239000000	Outros Materiais	16 299,85 €	472,71 €	- 15 827,14 €
6241000000	Electricidade	8 106,08 €	8 284,46 €	178,38 €
6242100000	Gasóleo	1 079,28 €		- 1 079,28 €
6242200000	Gasolina	348,44 €		- 348,44 €
6243000000	Água	4 793,74 €	4 763,91 €	- 29,83 €
6249000000	Energia e Fluidos-Outros	1 880,74 €	2 579,01 €	698,27 €
6251000000	Deslocações e estadas	451,65 €	1 691,36 €	1 239,71 €
6252000000	Transportes de pessoal	1 000,00 €	1 040,00 €	40,00 €
6263000000	Seguros	300,79 €	250,74 €	- 50,05 €
6265000000	Contencioso e notariado	1 377,00 €	1 065,11 €	- 311,89 €
6267000000	Limpeza, higiene e conforto	1 473,40 €	6 148,77 €	4 675,37 €
6269000000	Outros Serviços	24 293,64 €	14 349,49 €	- 9 944,15 €
	Total	407 234,98 €	222 066,20 €	- 185 168,78 €

Quadro 13 – Fornecimentos e serviços externos

O agrupamento *Fornecimentos e serviços externos*, verifica uma descida de cerca de 185 mil euros, onde algumas das variações observadas, estão relacionados com melhorias no critério de classificação.

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



Destacar a diminuição em cerca de 87 mil euros na *Outros Gastos Conservação e Reparação* e 41 mil euros nos *Conservação Reparação Ativos Fixos*.

23.3. Outras contas a receber

Sem comentários a assinalar

23.4. Diferimentos

De acordo com o regime do acréscimo ou periodização económica, os rendimentos e gastos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo-se incluir nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

Gastos a reconhecer – Compreende os dispêndios já efetuados, mas cujo gasto deve ser reconhecido nos períodos seguintes (gasto diferido), ou seja, em que a quota-parte dos diferimentos registados irá afetar diretamente a respetiva conta de gastos (classe 6) em cada um dos períodos seguintes. No balanço a 31/12/2023 este valor apresenta um saldo de 176,19 euros relativamente ao ativo corrente na rubrica diferimentos e diz respeito essencialmente a valores de seguros de viaturas já liquidados cujo período da despesa é de 2024.

Rendimentos a reconhecer – compreende os recebimentos obtidos que devem ser reconhecidos como rendimentos nos períodos seguintes, nomeadamente os associados a subsídios e protocolos, que estão condicionados à execução de determinadas condições..

Rendimentos a reconhecer	2022	2023
28291 - Rendimentos a Reconhecer (Rendas)	85 759,36 €	67 248,21 €
2829 - Outros Rendimentos a Reconhecer	- €	- €
Total	85 759,36 €	67 248,21 €

Quadro 14 – Rendimentos a reconhecer

O saldo dos Rendimentos a reconhecer inclui o seguinte:

- O valor de 67 248,21 euros refere-se a Rendas de Janeiro emitidas em dezembro 2023.

23.5. Instrumentos Capital Próprio

Os instrumentos de capital próprio da Entidade são constituídos pelas rubricas de capital, reservas, resultados transitados, outras variações do património líquido e resultado líquido do exercício.

- **Património/Capital**

A Entidade não detém capital social e o valor registado de 4 235 101,70 euros na conta de património/capital,

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



corresponde ao saldo inicial existente na transição do normativo contabilístico POCAL para o atual SNC-AP no ano de 2023.

- **Reservas**

A conta de reservas legais apresenta um saldo a 31/12/2022 de 4 355 924,20 euros, relativo à aplicação de resultados do ano de 2020, conforme aprovado no relatório de gestão de 2020. Não se verificaram alterações ao valor desta conta em 2023.

- **Resultados Transitados**

São constituídos pela conta 561 - Resultados Transitados de Períodos Anteriores e pela conta 564 - Ajustamentos de Transição para o SNC-AP.

- A conta 561, apresenta em 31/12/2023 um saldo final de menos 1 347 640,7 euros, que resulta do saldo de abertura de 1 231 453,25 euros ao qual se adiciona o montante de -2 579 093,9 5 euros (resultado líquido negativo de 2022);
- A conta 564 – Ajustamentos de Transição para o SNC-AP, traduz os movimentos de ajustamento realizados pela alteração do normativo contabilístico POCAL para SNC-AP no qual se inclui reconhecimento, desconhecimento, reclassificação, etc., de fatos contabilísticos relevantes, essencialmente relacionados com o Património. Uma vez que o CPPSP ainda não efectuou o estudo necessário nesta área, não há valores nesta conta.

- **Resultado Líquido do Exercício**

O resultado líquido do período de 2023 apresenta um valor positivo de 369 151,19 euros.

23.6. Outras Contas a Pagar

A conta essencialmente apresenta o valor de gastos do período que serão liquidados em períodos futuros.

Acréscimos de Gastos	2022	2023
2722 - Acréscimo de Gastos		
Remunerações a liquidar	18 142,54 €	32 700,02 €
Sub - Total	18 142,54 €	32 700,02 €
Outros Gastos	451,60 €	941,13 €
Encargos Sociais	2 068,06 €	3 838,61 €
Sub - Total	2 519,66 €	4 779,74 €
Total	20 662,20 €	37 479,76 €

Quadro 15 – Acréscimos de Gastos

O saldo dos Acréscimos de Gastos inclui o seguinte:

Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão de 2023



A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines.

-
- Nas Remunerações a liquidar, os valores de férias e subsídio de férias a liquidar em 2024;
 - Em Outros Gastos, faturas de 2024, referente a consumos de 2023 (eletricidade, água, gás e outras despesas: 941,13 euros), assim como os encargos patronais referentes a dezembro de 2023, no montante de 3 838,61 euros;